



Ministério da
Agricultura,
do Desenvolvimento
Rural e das Pescas

DGADR
Direcção-Geral
de Agricultura e
Desenvolvimento Rural

PROGRAMA DE INICIATIVA COMUNITÁRIA LEADER+

RELATÓRIO ANUAL DE EXECUÇÃO, 2007





Índice Geral

Introdução	6
1 Alterações das condições Gerais.....	7
1.1 Evolução Sócio Económica.....	7
1.2 Alterações das Políticas Nacionais e Sectoriais	9
1.3 Coerência Entre Intervenções dos Fundos e Outros Instrumentos Financeiros.....	9
1.4 Novas Intervenções em Prol do Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos.....	9
1.5 Problemas no Financiamento Nacional	9
2 Estado de adiantamento dos diferentes eixos prioritários e das medidas	11
2.1 Indicadores por eixo e medida	11
2.1.1 Objectivos específicos	11
2.1.2 Realização Física.....	13
2.2 De Resultados	14
2.2.1 Investimento por Domínios de intervenção	14
2.2.2 Investimento por Promotor	16
2.2.3 Investimento no Sector Agro-florestal	17
2.3 De Impacto	19
2.4 Contribuição qualitativa, quantitativa e financeira para as 3 prioridades transversais: desenvolvimento local, igualdade homens mulheres e emprego na sociedade de informação.	26
2.4.1 Acções positivas a favor da mulher	28
2.4.2 Igualdade de Oportunidades Emprego	28
2.4.3 Sociedade de informação	30
2.5 Projectos de Natureza Ambiental e Projectos em Zona de Rede Natura	32
2.6 Condições e dificuldades na execução das medidas de resolução.....	34
3 Execução Financeira	36
3.1 Recapitulativo de Despesa e pagamento	36
3.1.1 Acumulado.....	36
3.1.2 Ano de 2007	37
3.2 Execução Prevista e Real.....	39
3.2.1 Vector 1	41
3.2.2 Vector 2	45
3.2.3 Vector 3	54
3.2.4 Vector 4	60
3.3 Execução financeira Lisboa e Vale do Tejo	60
3.3.1 LVT, Vector 1	60
3.3.2 LVT, Vector 2	63



3.4	Necessidades financeiras face ao executado e ao programado	65
4	Disposições tomadas pela autoridade de gestão e pelo Comité de Acompanhamento para assegurar a qualidade e a eficácia da execução	66
4.1	Acções de acompanhamento e de avaliação.....	66
4.2	Acções de Controlo de 1º Nível	68
4.2.1	Conclusão do plano de controlos de 2004	68
4.2.2	Esforço de Controlo.....	74
4.3	Utilização da assistência técnica	74
4.4	Medidas tomadas para assegurar a publicidade da intervenção	76
4.5	Comité de Direcção Leader +	77
5	Medidas tomadas para assegurar a compatibilidade com as políticas comunitárias e a coordenação de conjunto	77
	Anexo 1 – Transferências Financeiras CCE/Portugal.....	79
	Anexo 2 – Quadros de execução financeira nacional	80
	Anexo 2.1 – Quadros acumulados de execução financeira – vector 1.....	80
	Anexo 2.2 – Quadros acumulados de execução financeira – vector 2.....	81
	Anexo 3 – Indicadores comuns de acompanhamento	82
	Anexo 4 – Dados Financeiros por GAL.....	83
	Anexo 5 – LVT, Execução Financeira.....	84
	Anexo 6 – Resposta da Consulta Pública	85



Índice de quadros

Quadro 1: PIDDAC 2007, necessidades e disponibilidades	10
Quadro 2: Investimento por Tema Federador - PDL	11
Quadro 3: Principais domínios de intervenção	14
Quadro 4: Domínios de intervenção do sector agro-florestal – Nº Projectos e investimento total aprovado	17
Quadro 5: Emprego por género	20
Quadro 6: Emprego por classe etária	21
Quadro 7: Emprego criado de nível formação médio e superior por domínio de intervenção	25
Quadro 8: Investimento aprovado, projectos promovidos por Mulheres e por faixa etária	27
Quadro 9: Emprego criado e mantido por género	28
Quadro 10: Nº projectos por promotor e por domínios de intervenção - sociedade de informação	31
Quadro 11: Domínios de intervenção de projectos relacionados com sociedade de informação, nº projectos e investimento	31
Quadro 12: Rede Natura, nº projectos e investimento aprovado	32
Quadro 13: Projectos da área ambiental, nº investimento aprovado e emprego criado	33
Quadro 14: Execução financeira Programa Leader+ até 31/12/2007	36
Quadro 15: Execução Financeira Programa Leader + 2007	37
Quadro 16: Transferências Financeira da CE 2007	38
Quadro 17: Transferências FEOGA 2007 CE-DGADR	39
Quadro 18: Projectos concluídos vector 1	43
Quadro 19: Vector 1, 4º Reserva eficiência, GAL beneficiados	44
Quadro 20: Vector 2, Investimento aprovado 2007	46
Quadro 21 Vector 2, Investimento Aprovado acumulado	46
Quadro 22: Vector 2, Projectos aprovados Medida 2	48
Quadro 23: Vector 2, Principais Domínios de intervenção	51
Quadro 24: Vector 2, Medida 2, Principais Domínios de Intervenção	51
Quadro 25: LVT, nº projectos e investimento por componente	61
Quadro 26: Nº de projectos por tipo de promotor	61
Quadro 27: LVT, emprego criado e mantido	62
Quadro 28: LVT investimento total aprovado por principais domínios de intervenção	62
Quadro 29: LVT Vector 2 , nº projectos e investimento aprovado por componente	63
Quadro 30: LVT, Vector 2, investimento total aprovado por principais domínios de intervenção	65
Quadro 31: Controlo 1º Nível, principais conclusões	69

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Investimento aprovado por tema federador.....	12
Gráfico 2: Investimento aprovado por sub medida e por tema federador.....	13
Gráfico 3 Principais domínios de intervenção - % Investimento.....	15
Gráfico 4: Investimento por promotor.%/investimento total.....	16
Gráfico 5 Investimento por promotor.%/investimento S/M4.....	17
Gráfico 6: Sector agro-florestal, % investimento por domínio de intervenção.....	18
Gráfico 7 Emprego, % por género.....	21
Gráfico 8: Emprego por classe etária, Leader+/Nacional.....	22
Gráfico 9: Emprego por sub medida.....	22
Gráfico 10: Emprego por sub medida, %.....	23
Gráfico 11: Emprego criado por tipologia de posto de trabalho.....	23
Gráfico 12: Emprego criado por nível de formação.....	24
Gráfico 13: Emprego criado por nível de formação, LEADER+/Nacional.....	24
Gráfico 14: Emprego criado por região.....	25
Gráfico 15: Emprego médio criado por GAL e por Região.....	26
Gráfico 16 Distribuição de Projectos promovidos por género.....	27
Gráfico 17: Emprego Criado, situação face ao emprego.....	29
Gráfico 18: Formação por tipologia de situação face ao emprego.....	30
Gráfico 19: Rede Natura vector 1, montante de investimento aprovado por submedida (€)	32
Gráfico 20: Rede Natura vector 2, montante de investimento aprovado por submedida (€)	33
Gráfico 21: Execução financeira (% de realização) face Programa Nacional.....	39
Gráfico 22 Execução financeira das medidas e vectores face ao Feoga.....	40
Gráfico 23: Vector 1, Taxa de aprovação, execução e realização por medida e sub medida	41
Gráfico 24: Vector 1, Taxas de aprovação e de execução/componente financeira.....	42
Gráfico 25: Vector 1, Investimento aprovado e aplicado 2002-2007.....	43
Gráfico 26: Vector 2, Investimento aprovado 2007.....	45
Gráfico 27: Vector 2, investimento aprovado ate 31/12/2007.....	47
Gráfico 28: Vector 2, Taxa de aprovação, execução e realização por sub medida.....	47
Gráfico 29: Vector 2, Execução dos PC por região.....	52
Gráfico 30: Vector 2, % de Investimento programado por media.....	53
Gráfico 31: Vector 2, % realização por região e medida.....	53
Gráfico 32: LVT, Execução financeira por medida e sub medida.....	61
Gráfico 33: LVT, taxa de realização (aprovado/realizado).....	62
Gráfico 34: LVT, Vector 2, Execução financeira por medida e sub medida.....	64
Gráfico 35: LVT Vector 2, taxa de realização (aprovado/realizado).....	64



INTRODUÇÃO

O presente relatório foi elaborado de acordo com o estipulado no Artigo 37º do Regulamento (CE) Nº 1260/1999 de 21 de Junho.

A metodologia seguida privilegiou detalhada ao nível dos indicadores de resultado, onde se fez uma análise dos dados por domínio de intervenção, por promotor e no sector agroflorestal, e de impacte através do tratamento de informação ao nível do emprego, cruzando dados por domínio de intervenção e tipo de promotor, por género (masculino e feminino), classe etária, situação no emprego e nível de escolaridade.

Relativamente aos projecto relacionados com questões de natureza ambiental, efectuou-se a triagem por domínios de intervenção, e adicionalmente procedeu-se ao cruzamento ao nível da freguesia com os projectos desenvolvidos em zonas abrangidas pela Rede Natura .

Todos os dados trabalhados em texto constam dos quadros apresentados em anexo.

No caso do Vector 3, por ser um vector da responsabilidade do EAT ao gestor, fez-se uma descrição detalhada das actividade no ponto 3.2.3.

Tendo em conta a entrada em funcionamento de um novo software de gestão, eleader, que veio substituir o antigo winleader, os dados de emprego dizem apenas respeito aos projectos concluídos. Neste sentido, houve uma correcção em relação a dados anteriores de emprego, sendo o valor de emprego criado até 2007 ligeiramente menor do que até 2006. No final do programa, em que todos os projectos estarão encerrados, haverá naturalmente uma correcção do valores. Apesar deste constrangimento entende-se ser mais correcto este procedimento, pelo que se entende ser preferível fazer esta correcção ainda que momentaneamente possa parecer haver alguma incoerência de dados face ao ano anterior.

1 ALTERAÇÕES DAS CONDIÇÕES GERAIS

1.1 Evolução Sócio Económica

Conforme tem vindo a ser regra em anos anteriores, 2007 foi igualmente um ano e que se assistiu a uma política de acentuado rigor orçamental e a um crescimento económico relativamente tímido, ainda que com tendência de crescimento face a 2006. Esta realidade económica continuou a ter uma pressão importante ao nível do emprego, por via de ajustamentos no tecido empresarial português, mas também por um clima de algum pessimismo ainda mais evidente nas zonas menor dinamismo económico.

A recuperação da economia portuguesa em 2007 caracterizou-se por uma clara aceleração do investimento empresarial e por uma expansão significativa das exportações de bens e serviços, num contexto em que a situação no mercado de trabalho se continuou a deteriorar. Adicionalmente, a economia portuguesa retomou em 2007 o processo de ajustamento do desequilíbrio das contas externas. Para esta evolução têm contribuído, por um lado, a continuação do processo de consolidação orçamental, superando mesmo os compromissos assumidos no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento e, por outro lado, a manutenção de um crescimento moderado do consumo privado, que deverá implicou a interrupção em 2007 da tendência descendente da taxa de poupança das famílias observada nos anos mais recentes. Apesar de um crescimento da economia portuguesa mais próximo do observado na área do euro e na União Europeia, importa sublinhar que este continua a ser particularmente baixo, nomeadamente face ao registado nas economias com níveis de rendimento *per capita* comparáveis.

A nível internacional, o ano de 2007 foi marcado a partir de meados do ano por uma significativa turbulência nos mercados financeiros internacionais, associada a uma alteração abrupta da percepção de risco dos investidores. O impacto destes desenvolvimentos sobre a economia portuguesa



dependerá, essencialmente, da rapidez com que se processe o retorno a uma situação de maior normalidade nos mercados monetários e de dívida. Será no entanto de esperar efeitos significativos no decurso do ano de 2008, tendo no final de 2007 sido já evidentes alguns sinais de desaceleração da economia nacional.

Pese embora a melhoria no clima económico do país, durante o ano de 2007, em particular nas regiões de aplicação do programa Leader+, a política de rigor orçamental, com reflexos ao nível das dotações PIDDAC (Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) originou uma significativa redução da taxa de execução financeira.

No final de 2006, mas apenas com repercussões no ano de 2007, aprovou-se uma nova lei orgânica para o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADRP), a qual decretava a extinção do Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica, passando a Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, DGADR, a assumir as funções de Organismo Intermediário do Programa Leader+. A lei orgânica da DGADR foi publicada em 27 Fevereiro através do Decreto Regulamentar n.º 8/2007. Procedeu-se, assim, a uma alteração orgânica do organismo onde reside o programa Leader+ bem como do seu Gestor, que por inerência de funções é o Director Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, Eng.º S. Simão de Carvalho.

O novo organismo, resultou essencialmente da fusão da antiga DGPC, Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, e do IDRHA, Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica. Esta junção de organismos implicou a necessidade de ajustamentos ao nível do quadro de pessoal, tendo o ano de 2007 sido particularmente conturbado por este facto. Esta alteração orgânica implicou igualmente alterações de instalações.

Tendo em conta o ambiente económico registado, as limitações em sede de PIDDAC e as alterações ao nível da orgânica do Ministério, foi necessário



proceder a um quarto pedido de pagamento para confirmar o cumprimento da regra n+2.

1.2 Alterações das Políticas Nacionais e Sectoriais

Não se verificaram alterações de políticas de natureza nacional e sectorial relevantes ao nível do impacto no programa Leader+. Do ponto de vista sectorial releva-se a alteração estrutura orgânica do MADRP de que se fez referência no ponto anterior.

1.3 Coerência Entre Intervenções dos Fundos e Outros Instrumentos Financeiros

Não foram registados alterações ao nível da coerência entre intervenções de fundos e de outros instrumentos de política financeira.

1.4 Novas Intervenções em Prol do Emprego e Desenvolvimento dos Recursos Humanos

Não foram registadas alterações ao nível da coerência entre intervenções em prol do emprego e desenvolvimento dos Recursos humanos com impacto no Programa Leader+

1.5 Problemas no Financiamento Nacional

O Montante de PIDDAC inscrito para 2007 foi muito inferior às necessidades, conforme se constata no quadro seguinte:

Quadro 1: PIDDAC 2007, necessidades e disponibilidades

Vector	Necessidade de Pagamento	Disponibilidade	Diferença
Vector 1	7.711.333,49	4.369.206,86	3.342.126,63
Vector 2	1.571.325,66	723.022,83	848.302,83
Vector 3	101.723,65	101.723,65	0
Vector 4	103.089,73	103.089,73	0

O PIDDAC inicial em 2007 foi de cerca de 2,8 M€, que cobria sensivelmente as necessidades de 2006, ou seja, não havia dotação para os pagamentos de 2007. No final do ano houve um reforço de PIDDAC, de cerca de 2.35 Milhões de Euros, que associado à integração de saldos permitiu pagamentos aos GAL de 5,297 M€, o qual representa cerca de 56% das necessidades totais de financiamento nacional público para o ano de 2007. No início de 2008 regularizaram-se todos os compromissos pendentes.

No entanto, o reforço de 2,35 M€ apenas ocorreu no final de 2007, pelo que o pagamento da componente nacional PIDDAC (MADRP) sofreu atrasos significativos durante o ano de 2007, facto que teve repercussões, em especial, no vector 2.

Na tabela apresentada, as necessidades dos vectores 3 e 4 aparecem como totalmente supridas. O facto destes vectores serem geridos por um organismo da administração central DGADR, implica que não possam ser assumidos compromissos sem cabimento prévio, resultando na impossibilidade de assunção de compromissos fora do quadro orçamental. As actividades da Rede e outras associadas à assistência técnica foram naturalmente ajustadas às disponibilidades orçamentais em sede de PIDDAC.

2 ESTADO DE ADIANTAMENTO DOS DIFERENTES EIXOS PRIORITÁRIOS E DAS MEDIDAS

2.1 Indicadores por eixo e medida

2.1.1 Objectivos específicos

Os objectivos específicos definidos no Programa Nacional estão associados aos temas federadores enquanto orientação estratégica na implementação de cada Plano de Desenvolvimento Local. O Quadro seguinte apresenta uma abordagem por tema federador do nº de projectos e respectivo investimento aprovado nos Planos de Desenvolvimento Local.

Quadro 2: Investimento por Tema Federador - PDL

Tema Federador	GAL	Nº Projectos	Inv. Aprovado
Utilização de novos repositórios de saber fazer e de novas tecnologias	ADRAT, Leader Oeste	286	12.985.894,56
Melhoria da qualidade de vida das zonas rurais	ADERSOUSA, ADRIMINHO, SOL DO AVE, DESTIQUE, DOURO HISTÓRICO, AD ELO, ADAE, ADD, ADIBER, ADICES, DUECEIRA, PINHAL MAIOR, RAIA HISTÓRICA, ADIRN, INLOCO, ADELIAÇOR, ARDE, ASDEPR E GRATER	2578	105.531.065,18
Valorização dos produtos locais, enquadra a intervenção	DOLMEN, CORANE, TERRAS DE SICÓ, ADRACES, ADRUSE, ADREPES, APRODER, ADER AL, LEADERSOR, MONTE-ACE E TERRAS DENTRO	1146	60.424.164,24
Valorização dos recursos naturais e culturais	ADRIL, ADRIMAG, ATAHCA, PROBASTO, BEIRA DOURO, DOURO SUPERIOR, PRO RAIA, CHARNECA RIBATEJANA, VICENTINA E ADRAMA	1168	52.339.462,32
Promoção e reforço das componentes organizativas e das competências rurais	ADDLAP, ADERES, RUDE, TAGUS, ADL, ALENTEJO XXI, ESDIME, ROTA DO GUADIANA, TERRAS DO BAIXO GUADIANA E ACAPORAMA	1540	50.097.035,54

Verifica-se assim que O tema 2, melhoria da qualidade de vida das zonas rurais, é o que apresenta um número mais elevado de investimento e projectos aprovados, sendo por sua vez o tema 1, utilização de novos repositórios de saber fazer e de novas tecnologias, o que teve menor atenção por parte dos GAL.

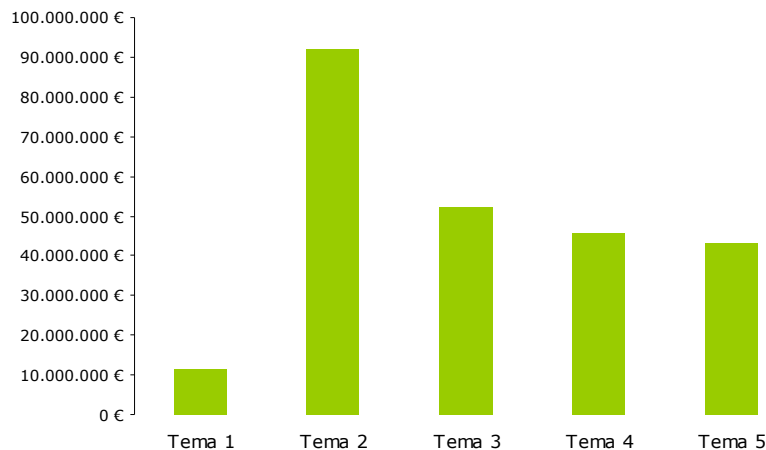


Gráfico 1: Investimento aprovado por tema federador

Relativamente à distribuição percentual por submedida verifica-se ser a sub-medida 1.2 dominante. Este comportamento é normal porque o limite mínimo em cada PDL para esta submedida é de 30% do investimento, e dado a fase final do programa o investimento total já se encontra num nível de aprovação elevado, logo esta sub medida apresenta valores relativos de aprovação mais elevados.

No que se refere ao peso relativo atribuído a cada sub-medida verifica-se um máximo de 49,4% de investimento aprovado no tema 4 e um mínimo de 40,8 no tema 1. No entanto não se verificam discrepâncias assinaláveis em termos de variação do padrão de distribuição de investimento por sub media e por tema federador. No caso do Tema 1 não se registaram

aprovações na sub medida 2.1. No entanto, dado apenas ser composto por dois GAL, esta amostra não será significativa.

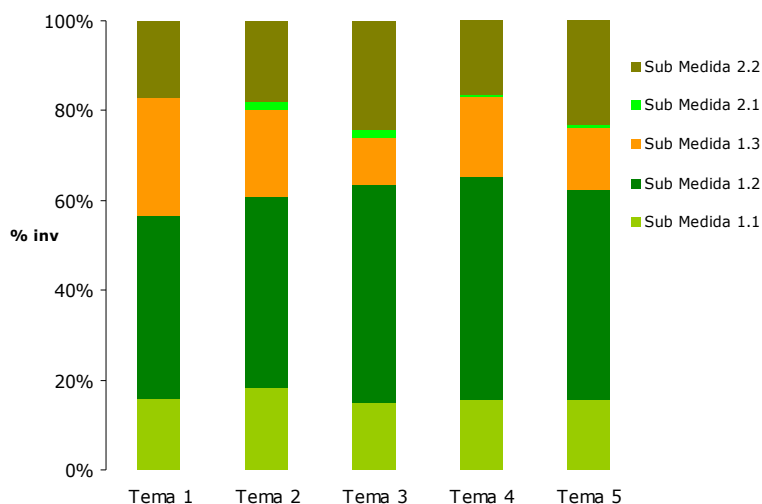


Gráfico 2: Investimento aprovado por sub medida e por tema federador

2.1.2 Realização Física

O antigo software de gestão Winleader+ (que vigorou em 2007) bem como o actual, eleader (Ver ponto 4.3), contem um módulo estatístico com uma bateria de indicadores. Contudo, verificou-se, pese embora insistência da autoridade de gestão, algumas deficiências na alimentação desta bateria de indicadores por parte dos GAL. Não havendo uma prática generalizada de avaliação de impactes, a tarefa de carregamento dos indicadores não pareceu ter constituído uma prioridade para os GAL. No entanto, há um conjunto de indicadores de carregamento obrigatório, por "imposição" do software gestão eleader. Estes indicadores são os que estão associados ao emprego e formação, uma vez que se tratam dos indicadores de impacto mais importantes e comparáveis, dada a heterogeneidade das acções apoiadas pelo programa LEADER+. Estes indicadores estão igualmente associados a domínios de intervenção, permitindo fazer um cruzamento por sectores ou áreas.

Reconhece-se, no entanto, que a enorme panóplia de indicadores existentes torna difícil uma mais ambiciosa tarefa de avaliação de resultados e consequentes impactos, dada a heterogeneidade de acções apoiadas pelo programa LEADER+, preferindo-se centrar atenções nos indicadores comparáveis e que permitem, assim, fazer avaliações mais fiáveis.

2.2 De Resultados

No Programa Nacional não foi prevista, ao nível do sistema de indicadores, a identificação de metas quantificadas de âmbito nacional. Para além dos indicadores financeiros que permitem emitir uma avaliação rigorosa sobre a execução financeira (matéria de análise detalhada no capítulo 3), efectuou-se uma análise por domínios de intervenção, investimento por tipo de promotor, e investimento no sector agroflorestal. A selecção deste sector específico deve-se ao facto de se ter considerado interessante associar o impacto do programa às áreas de intervenção do fundo financiador.

2.2.1 Investimento por Domínios de intervenção

Os principais domínios de intervenção em termos de investimento aprovado constam do quadro seguinte:

Quadro 3: Principais domínios de intervenção

	Domínio de Intervenção	Nº Proj	Inv. Aprov (€)
999	Funcionamento do Gal (1305-2)	340	39.216.995
137	Fomento de actividades de turismo (1310)	942	37.952.620
161	Ajudas às PME e artesanato - Investimentos corpóreos	617	31.327.565
171	Turismo - Investimentos corpóreos	495	29.972.776
134	Serviços de base para a economia rural e população (1305)	1027	26.242.152

Domínio de Intervenção		Nº Proj	Inv. Aprov (€)
354	Manutenção e restauração de heranças culturais	770	20.185.229
114	Melhoramento da transformação e comercialização de produtos agrícolas	316	17.120.884
135	Renovação e desenvolvimento de aldeias e do património rural (1306)	420	14.106.198
360	Infra-estruturas sociais e de saúde	315	12.374.748
353	Protecção, requalificação e renovação do ambiente natural	252	10.188.729
172	Turismo - Investimentos incorpóreos	381	8.186.905

O Gráfico seguinte apresenta a relação do investimento total aprovado nos principais domínios de intervenção, tendo-se destacado a laranja os domínios relacionados com a actividade de turismo, representando os três domínios destacados cerca de 25% do montante total de investimento.

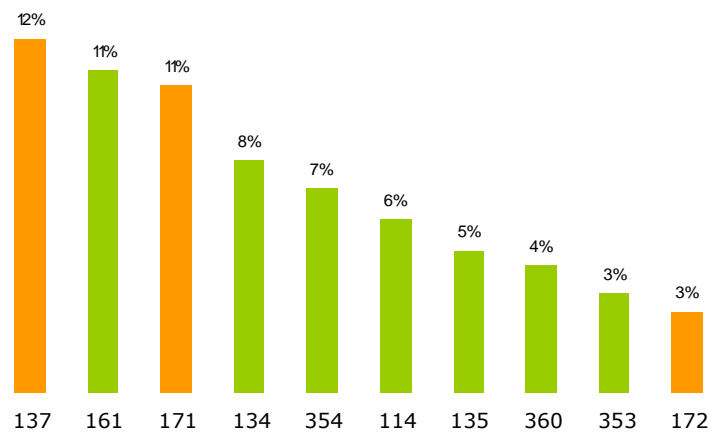


Gráfico 3 Principais domínios de intervenção - % Investimento

2.2.2 Investimento por Promotor

Ao nível dos promotores verifica-se que os privados individuais e empresas apresentam uma predominância em termos de investimento somando cerca de 30% do montante total de investimento aprovado. As entidades gestoras dos GAL representam cerca de 26% do investimento total aprovado.

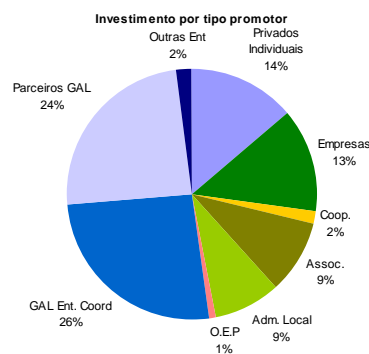


Gráfico 4: Investimento por promotor. %/investimento total

Eliminando a Assistência técnica dos GAL, Medida 4 dos PDL, verifica-se que a percentagem de investimento dos GAL reduz-se para 20%. O sector privado, composto por privados individuais, empresas, cooperativas e associações representa cerca de 41%. A administração local e outros organismos da administração pública representam 12% do montante de investimento, enquanto os parceiros dos GAL, actuando individualmente, representam 27%, sendo o grupo individual mais representativo. Este valor significa que os parceiros dos GAL são parceiros activos no desenvolvimento, sendo portanto um facto positivo e de alguma forma expectável.

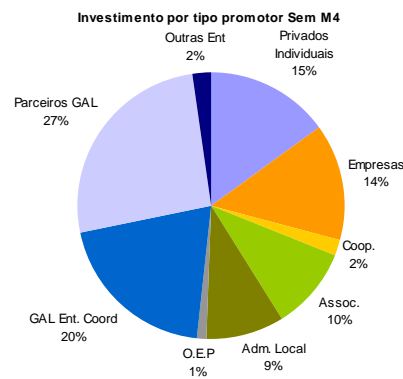


Gráfico 5 Investimento por promotor.%/investimento S/M4

2.2.3 Investimento no Sector Agro-florestal

Tendo em conta ser o programa Leader+ apoiado por um fundo agrícola, efectuou-se uma abordagem aos resultados decorrentes do apoio a projectos de natureza agrícola e agro-alimentar. Desta forma foram seleccionados os projectos relativos aos seguintes domínios de intervenção

Quadro 4: Domínios de intervenção do sector agro-florestal – Nº Projectos e investimento total aprovado

	Dominio	Nº Proj.	Investimento (€)
111	Investimentos nas explorações agrícolas	76	3.174.348
112	Instalação de jovens agricultores	0	0
113	Formação profissional específica da agricultura	29	661.470
114	Melhoramento da transformação e comercialização de produtos agrícolas	316	17.120.884
121	Investimentos na silvicultura	11	363.764
122	Melhoramento da colheita, transformação e comercialização dos produtos silvícolas	17	740.406
123	Promoção de novos mercados para a utilização e comercialização de produtos silvícolas	80	2.449.286
124	Criação de associações de produtores florestais	5	132.614

	Domínio	Nº Proj.	Investimento (€)
125	Reconstituição do potencial de produção silvícola	5	102.261
126	Arborização de terras não agrícolas	0	0
127	Melhoramento e preservação da estabilidade ecológica das florestas protegidas	13	215.635
128	Formação profissional específica da silvicultura	0	0
1301 1302	Melhoramento das terras, emparcelamento, gestão de recursos hídricos e desenvolvimento e melhoramento de infra-estruturas ligadas à agricultura	38	845.678
1304	Comercialização de produtos agrícolas de qualidade	175	6.528.850
	Total	765	32.335.195

Verifica-se que o montante de investimento aprovado no sector agro-florestal representa cerca de 11% do montante de investimento total. O domínio de intervenção com maior representatividade é o 114, melhoramento da transformação e comercialização de produtos agrícolas, e o 1304, comercialização de produtos agrícolas de qualidade com respectivamente 56% e 20% do universo de projectos do sector agro-florestal.

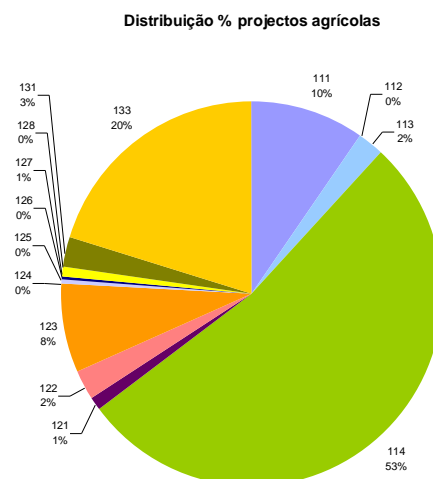


Gráfico 6: Sector agro-florestal, % investimento por domínio de intervenção

2.3 De Impacto

Os indicadores de impacto considerados para análise do estado de adiantamento do Vector 1 reportam-se aos postos de trabalho criados e preservados pelos projectos concluídos co-financiados pelo PIC LEADER+ , caracterizados pela idade e género de acordo com as seguintes classes etárias:

- Idade inferior a 25 anos, Jovens
- Idade superior a 25 anos, Adultos

Em relação aos postos de trabalho criados, a sua caracterização incidu sobre a situação na profissão, nível de escolaridade e situação face ao emprego de acordo com as seguintes categorias:

- Situação na profissão
 - o Criação do próprio emprego;
 - o Trabalho por conta de outrem;
 - o Trabalhador familiar não remunerado ;
 - o Outro
- Nível de escolaridade
 - o Menos de seis anos de escolaridade;
 - o Entre seis e nove anos de escolaridade;
 - o Entre dez e doze anos de escolaridade;
 - o Ensino médio ou superior.
- Situação face ao emprego
 - o Desemprego de curta duração
 - o Desemprego de longa duração
 - o À procura do primeiro emprego
 - o Empregados

A aplicação desta tipologia permitiu apurar um total de 1513 postos de trabalho criados e 3723 postos de trabalho preservados pelo PIC LEADER+. Em relação ao ano anterior verificou-se um ligeiro decréscimo dos postos de trabalho criados. Este facto deve-se à introdução de um ajustamento no novo software de gestão. Com a introdução do novo sistema de informação, e-leader, foi adicionado um controlo adicional à qualidade dos dados de emprego. Assim, para as estatísticas do emprego apenas são considerados os projectos encerrados. Neste sentido é provável que durante o ano de 2008 ocorra um aumento significativo de dados de emprego em virtude de dos GAL terem de proceder ao encerramento de todos os projectos.

Em termos de distribuição por género verifica-se haver uma predominância idêntica do emprego feminino e masculino. Contudo, no emprego criado o emprego feminino é superior ao masculino, havendo uma performance positiva do Programa Leader+ na criação de emprego feminino, que aliás já se verificava nos anos anteriores.

Quadro 5: Emprego por género

Género	Criado	Mantido	Total
Mulher	878	1.812	2.690
Homens	635	1.911	2.546
Total	1.513	3.723	5.236

No que se refere ao emprego mantido, a tendência é de igualdade, havendo uma muito ligeira predominância do emprego masculino. Contudo, este valor é igualmente muito positivo em termos de igualdade de oportunidades, uma vez que o emprego nas zonas rurais é maioritariamente masculino. Havendo uma relação muito próxima entre emprego masculino e feminino, poderá significar que a capacidade de manutenção de emprego feminino é relativamente superior à do masculino.

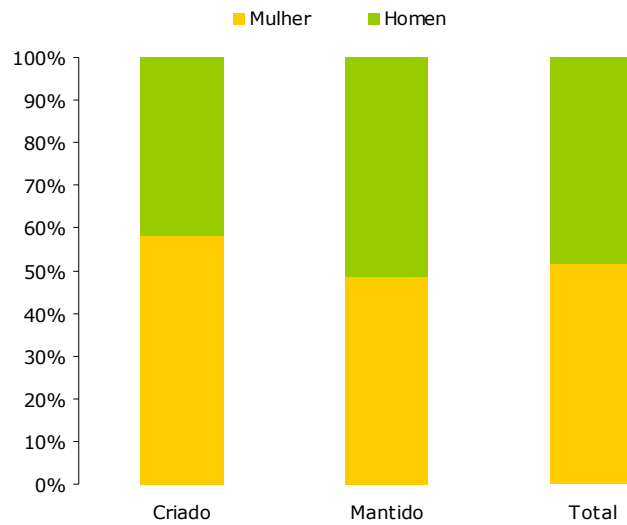


Gráfico 7 Emprego, % por género

O emprego jovem apresenta um valor praticamente negligenciável face ao emprego no programa Leader+, representando cerca de 4% do emprego criado.

Quadro 6: Emprego por classe etária

Emprego	Criado	Mantido	Total
Jovem <25 anos	57	60	117
Adulto	1.456	3.663	5.119
Total	1.513	3.723	5.236

Comparando com os dados nacionais, verifica-se que o programa Leader+ tem um enfoque menos conseguido junto dos jovens, registando metade da taxa nacional de emprego para aquele escalão etário.

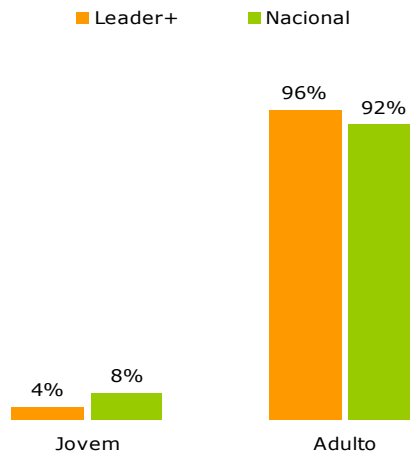


Gráfico 8: Emprego por classe etária, Leader+ / Nacional

Em termos da distribuição do emprego criado por sub medida do Programa, verifica-se, à semelhança dos anos anteriores, que é a sub medida associada às actividades produtivas que gera mais emprego. A sub medida 1.2 é responsável por 71% do emprego criado e por 34% no emprego mantido.

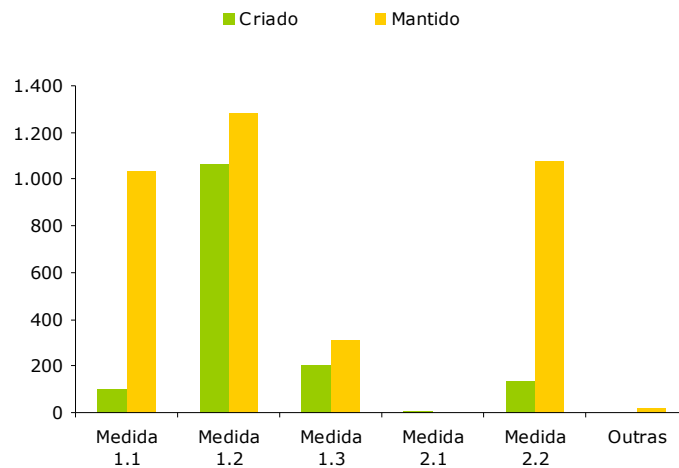


Gráfico 9: Emprego por sub medida

Poderá haver, no entanto, um "menor rigor" na aplicação da definição de emprego mantido face ao criado. De facto o padrão de distribuição do

emprego mantido e criado é diferente, havendo uma significativa valorização dos empregos mantidos em actividades imateriais, submedida 2.2, ou públicos/colectivos, sub media 1.1.

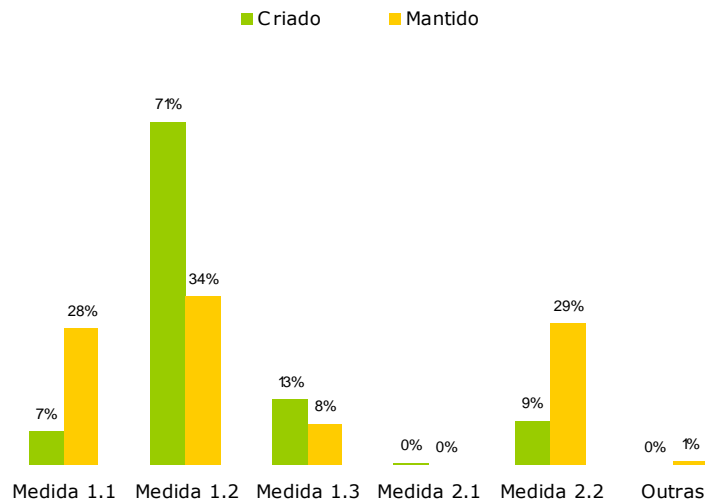


Gráfico 10: Emprego por sub medida, %

Analisando os postos de trabalho por tipologia de posto, constata-se que o trabalho por contra de outrem é largamente predominante, representando praticamente 81% dos empregos criados. Relativamente à criação do próprio emprego verifica-se haver um valor relativamente baixo, confirmando a tendência de haver uma baixa tradição de empreendedorismo na população portuguesa, em especial da população rural.

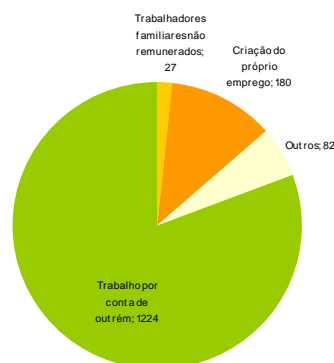


Gráfico 11: Emprego criado por tipologia de posto de trabalho

A análise do emprego criado segundo o grau de instrução dos empregados mostra uma concentração do nº de empregos nos graus de instrução mais baixos.

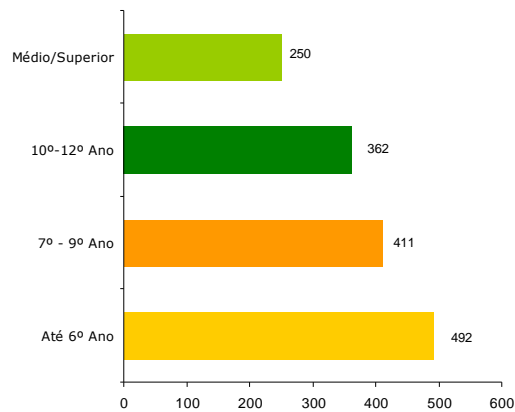


Gráfico 12: Emprego criado por nível de formação

Fazendo uma comparação com emprego por níveis de qualificação em termos nacionais, verifica-se que o programa Leader+ apresenta, comparativamente, taxas de emprego superiores nos escalões de qualificação mais elevados, evidenciando que o programa está a gerar emprego mais qualificado que a média nacional.

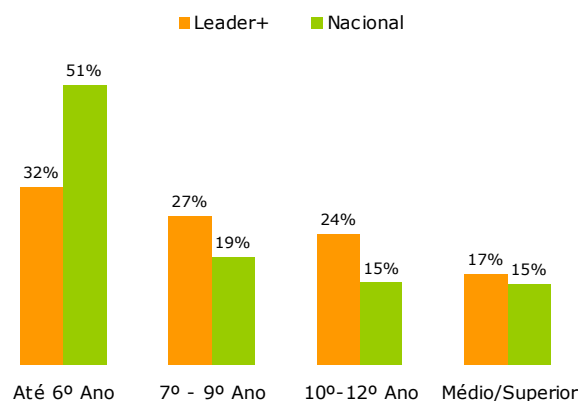


Gráfico 13: Emprego criado por nível de formação, LEADER+/Nacional

Fazendo uma análise dos principais domínios que estão associados à criação de emprego com formação de nível médio e superior, portanto que aportam mais elevadas qualificações, verifica-se que o sector do turismo, serviços de base, PME e artesanato e o sector agro-florestal, são os que apresentam valor mais elevados.

Quadro 7: Emprego criado de nível formação médio e superior por domínio de intervenção

Domínio		Nº Postos trabalho
1305	Serviços de base para a economia rural e população (1305)	51
161	Ajudas às PME e artesanato - Investimentos corpóreos	46
171	Turismo - Investimentos corpóreos	31
114	Melhoramento da transformação e comerc.de produtos agrícolas	17
1310	Fomento de actividades de turismo	16
360	Infra-estruturas sociais e de saúde	11
172	Turismo - Investimentos incorpóreos	9

Analisando regionalmente a distribuição do emprego verifica-se que é o Alentejo que mais emprego criou, seguido da Beira Litoral. Contudo esta análise é pouco consequente se não se fizer a sua distribuição por GAL.

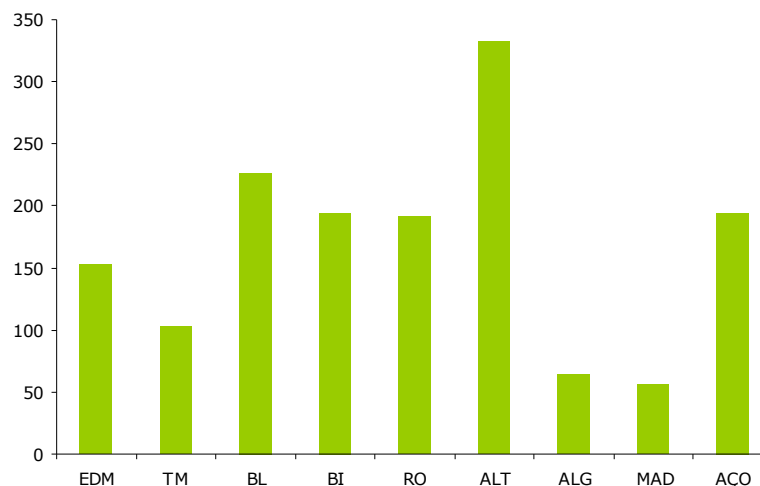


Gráfico 14: Emprego criado por região

Em termos médios o número de postos de trabalho por GAL foi de 29. Efectuando-se a análise por região, verifica-se serem as regiões dos Açores e do Alentejo aquelas cujo valor médio de emprego criado por GAL é maior. TM e EDM são as regiões com menor média de emprego por GAL.

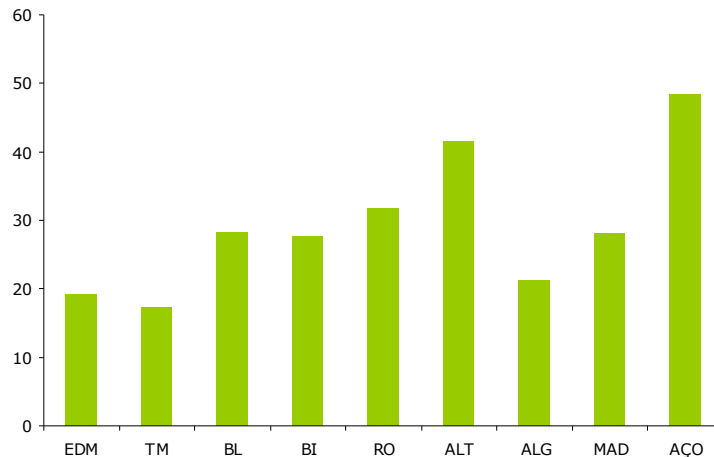


Gráfico 15: Emprego médio criado por GAL e por Região

2.4 Contribuição qualitativa, quantitativa e financeira para as 3 prioridades transversais: desenvolvimento local, igualdade homens mulheres e emprego na sociedade de informação.

Na estudo da contribuição do PIC LEADER+ ao nível das três prioridades transversais, procedeu-se a uma análise direccionada sobre a promoção da igualdade de oportunidades e luta contra a exclusão social, o combate e prevenção do desemprego de longa duração dos jovens e das mulheres, e o desenvolvimento da formação profissional e aconselhamento técnico, a fim de fomentar uma mão-de-obra mais qualificada. De notar que a informação tratada no presente ponto, está disponível noutros capítulos do relatório pelo que se evitou a repetição de alguns valores e de gráficos.

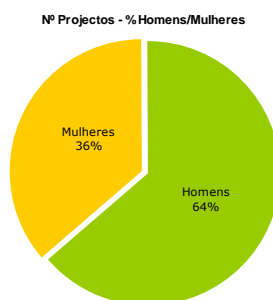


Gráfico 16 Distribuição de Projectos promovidos por género

A contribuição do PIC LEADER+ para a igualdade homens-mulheres é abordada ao nível da promoção dos projectos e dos postos de trabalho criados e preservados.

Quanto à promoção de projectos identificaram-se 320 projectos promovidos por mulheres, que correspondem a cerca de 36% dos projectos de empresários individuais.

O Quadro seguinte apresenta a distribuição dos projectos e respectivo investimento dentro da classe projectos privados promovidos por mulheres. Verifica-se que cerca de 75% dos projectos promovidos por mulheres acontecem depois dos 40 anos de idade. De igual forma, importa relevar serem estes projectos essencialmente promovidos no âmbito de actividades produtivas, que como se analisou são as principais geradoras de emprego.

Quadro 8: Investimento aprovado, projectos promovidos por Mulheres e por faixa etária

Classe Mulheres	Nº Projectos	Invest. Total (€)	Invest. Sub Med 1.2 (€)	
Menos 40 Anos	76	3.623.316	3.480.073	96%
Mais 40 Anos	254	11.557.365	10.465.494	91%
Total	320	15.180.681	13.945.567	92%

Analisando os domínios de intervenção predominantes nos projectos promovidos por mulheres destacam-se os domínios 161 - Ajudas a PME e artesanato/investimento corpóreo, 1307 - Fomento a actividades de

Turismo e 171 – Turismo: Investimentos corpóreos, com respectivamente 89, 59 e 51 projectos

2.4.1 Acções positivas a favor da mulher

A análise das acções positivas a favor da mulher foi efectuada com recurso aos dados do domínio 250 – acções positivas a favor das mulheres. Verifica-se haver uma expressão residual deste domínio no programa Leader +. Foram apenas aprovados 4 projectos, dos quais 3 promovidos por GAL e um por privados, envolvendo um investimento total de 110.500 €.

2.4.2 Igualdade de Oportunidades Emprego

A igualdade de oportunidades no emprego foi analisada com o recurso à relação de empregos criados por género e por situação face ao emprego. Complementarmente, uma vez que está associado à qualificação de mão de obra, analisaram-se alguns dados de formação.

Quadro 9: Emprego criado e mantido por género

Género	Emprego criado	Emprego mantido
Homem	635	1911
Mulher	878	1812
Total	1513	3723

Os valores de emprego criado e mantido por género demonstra uma tendência que se vem registando desde o início do programa e que se prende com o facto de o emprego criado para mulheres ser superior, correspondendo a 58% do emprego criado. Já ao nível do emprego mantido o valor dos emprego masculino e feminino é mais próximo, com ligeira

vantagem do masculino, facto que se justifica por este emprego ser já detido maioritariamente pelo homens.

No que se refere à situação face ao emprego, verifica-se que os desempregados de curta duração, menos de 1 ano, são o grupo que mais empregos criados teve. Igualmente importante é a percentagem de 1º emprego e de desempregados de longa duração, que apesar de ser o menor em número, apresentam uma dimensão muito interessante. Ou seja cerca de 50% dos empregos criados foram destinados a RH desempregadas, facto que se considera relevante em zonas rural, demonstrando que o programa Leader+ está a desempenhar um papel interessante na igualdade de oportunidades ao nível do mercado de trabalho.

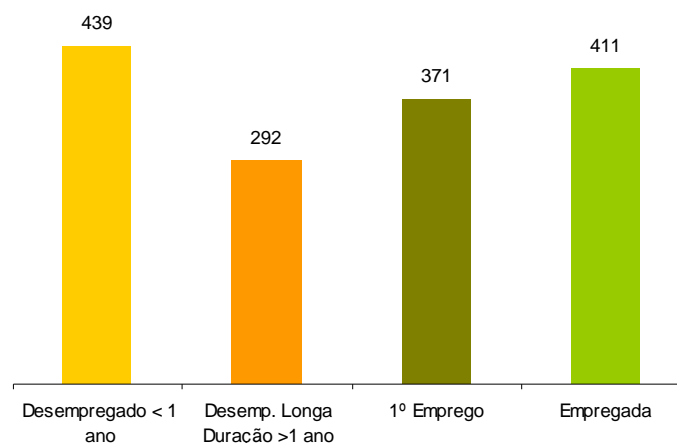


Gráfico 17: Emprego Criado, situação face ao emprego

Em relação ao impacte do Leader+ no desenvolvimento de mão de obra qualificada, foram analisados 75 projectos encerrados envolvendo 1.239.742€ de investimento total. Recorreram à formação 4017 formandos, sendo a sua maioria formadores que ainda não integraram o mercado de trabalho ou que eram empregados sazonais.

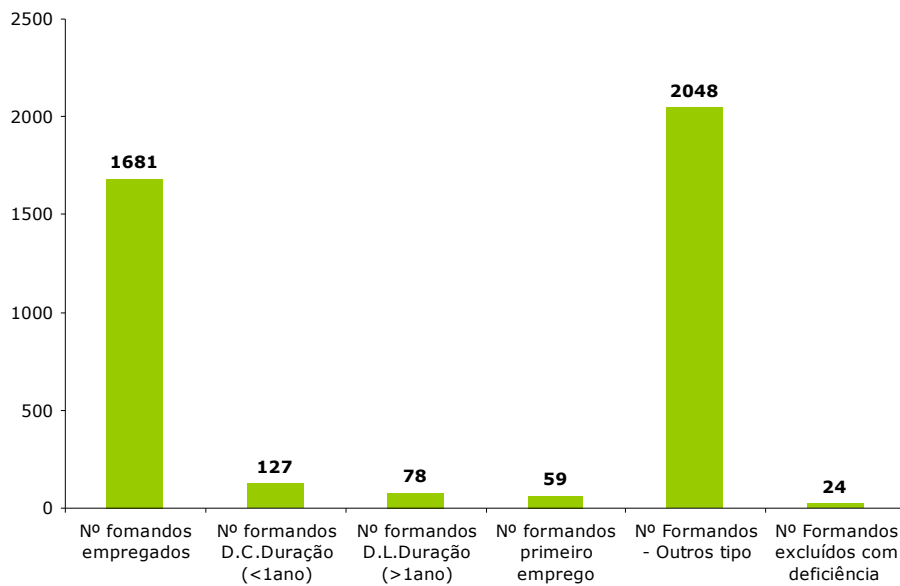


Gráfico 18: Formação por tipologia de situação face ao emprego

Aspecto importante tem que ver com o facto de haver uma predominância de formandos empregados, o qual se associa à intenção de qualificação de mão-de-obra. Verifica-se assim que o programa Leader+, ao nível da formação, não esteve particularmente vocacionado para a área dos desempregados, mas antes para a especialização de mão-de-obra já empregada ou que está para entrar no mercado de trabalho.

2.4.3 Sociedade de informação

Para avaliar o impacte do PIC Leader+ para o desenvolvimento da sociedade de informação, recorreu-se à quantificação do número de projectos e investimento respectivo aprovado para os domínios 32 relativos a Telecomunicações e Sociedade de Informação.

Quadro 10: N.º projectos por promotor e por domínios de intervenção - sociedade de informação

Domínio	Individual	Sector privado	Sector público	GAL	Total
322 - Telecomunicações e sociedade de informação - Infra-estruturas de base	16	48	6	17	87
323 - Telecomunicações e sociedade de informação - Tecnologias de informação e comunicação	1	2	4	10	17
324 - Telecomunicações e sociedade de informação - Serviços e aplicações para o cidadão	0	0	0	5	5

Foram aprovados 109 projectos perfazendo um valor de 1.114.199 €, representando um valor com um nível significativo face à tipologia de projectos em questão. Aspecto particularmente interessante prende-se com o facto de ser o sector privado, empresas cooperativas e associações, os que mais investiram no desenvolvendo da sociedade de informação, sendo este um indicador de que as TIC estão a ter aceitação e procura por parte da sociedade civil.

Quadro 11: Domínios de intervenção de projectos relacionados com sociedade de informação, n.º projectos e investimento

Domínio	N.º Projectos	Investimento Aprovado
322 - Telecomunicações e sociedade de informação - Infra-estruturas de base	87	656.731
323 - Telecomunicações e sociedade de informação - Tecnologias de informação e comunicação	17	395.101
324 - Telecomunicações e sociedade de informação - Serviços e aplicações para o cidadão	5	62.367

2.5 Projectos de Natureza Ambiental e Projectos em Zona de Rede Natura

Foi feita uma análise aos projectos de investimento em zonas classificadas como Rede Natura, bem como aos projectos com impacte ao nível do ambiente.

Em relação ao impacto do Leader em zonas de Rede Natura, fez-se o levantamento dos projectos cuja sede de realização física se localiza em freguesias abrangidas por territórios de Rede Natura 2000.

Foram aprovados 1077 projectos de investimento perfazendo um total de investimento de 36.012.322€, representando cerca de 7% do investimento total em projectos sem assistência técnica.

Quadro 12: Rede Natura, nº projectos e investimento aprovado

Vector	Nº Proj	Investimento Total €
Vector 1	1.034	34.699.561,27
Vector 2	1.077	36.012.322,37

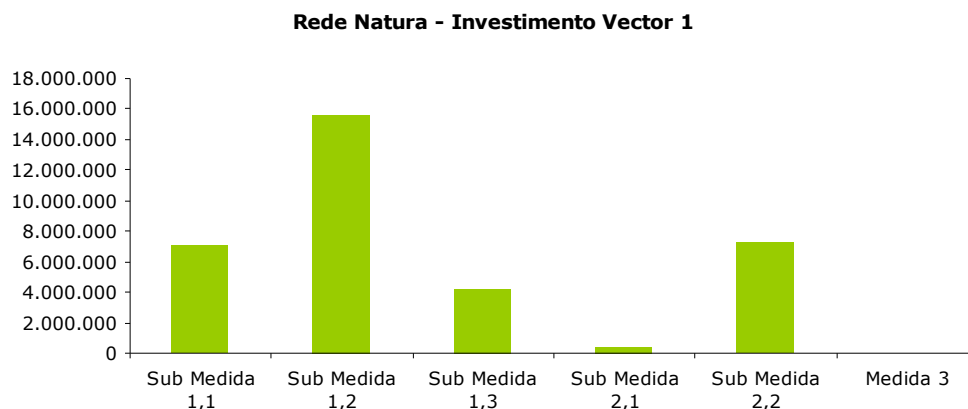


Gráfico 19: Rede Natura vector 1, montante de investimento aprovado por submedida (€)

Em relação ao vector 1 verifica-se ser a sub medida 1.2, projectos produtivos (45%), aquela que maior impacte tem em áreas de Rede Natura, sendo que no caso dos projectos de cooperação são os projectos de cooperação transnacional entre GAL sub medida 2.1 (40%) os que ocorrem em maior número e montante associado.

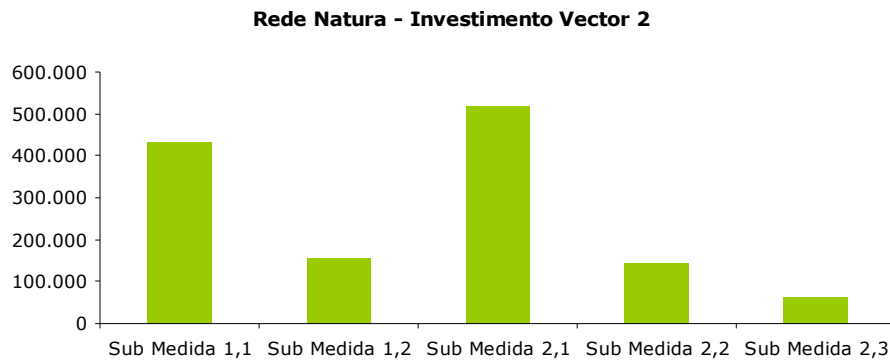


Gráfico 20: Rede Natura vector 2, montante de investimento aprovado por submedida (€)

Relativamente aos projectos cujo domínio de actuação está associado à temática ambiental de forma mais específica, fez-se a análise dos montantes de investimento total e emprego.

Quadro 13: Projectos da área ambiental, nº investimento aprovado e emprego criado

Domínio Intervenção	Nº projectos	Investimento Total €	Postos Trabalho criados
Infra-estruturas - Energias renováveis (332)	7	408.712	0
Protecção, requalificação e renovação do ambiente natural (353)	242	9.696.351	30
Preservação do ambiente (1312)	127	4.355.680	35
Total	376	14.460.743	65

Os domínios de intervenção mais directamente associados à área ambiental representam em termos de investimento aprovado no vector 1 cerca 5%,

sendo igualmente da mesma ordem de grandeza, 4% o montante de emprego criado. Os projectos específicos da área ambiental não são uma área específica de actuação do programa LEADER+. Contudo, apresentam níveis interessantes de investimento, reveladores do interesse dos agentes locais pela temática do ambiente e da capacidade de geração de emprego deste tipo de projectos.

2.6 Condições e dificuldades na execução das medidas de resolução

A principal dificuldade associada à execução das medias foi precisamente o reduzido orçamento PIDDAC no início do ano e alguns constrangimentos ao nível operativo verificado na EAT devido alteração de instalações e ao processo de criação da DGADR de que se fez referência no ponto 1.1 .

O processo de alteração de instalações implicou uma diminuição da capacidade operativa da EAT devido a problemas relacionados com as comunicações, em especial acesso à net. Esta limitação não dependia directamente da capacidade de decisão do Gestor uma vez a sua resolução estava dependente do fornecimento de serviços de empresas de comunicações. Contudo, o departamento de informática da DGADR desenvolveu um trabalho de compensação desta limitação.

Ao nível da execução financeira das medidas, as questões associadas ao orçamento PIDDAC foi determinante para uma desaceleração da execução financeira do programa. Esta tendência, que se vinha manifestando no ano de 2006, acentuou-se significativamente no ano de 2007. Os atrasos nas transferências financeiras foram significativos. O reduzido orçamenta PIDDAC teve mais impacto no Vector 2 uma vez que a influência da componente nacional de financiamento é mais acentuada. Com o objectivo de corrigir esta limitação foi feito um pedido de reforço de PIDDAC e um quarto pedido de pagamento. O quarto pedido de pagamento permitiu o cumprimento da Regra N+2 e o reforço de PIDDAC embora disponibilizado no final do ano, teve influência directa no relançamento da execução



financeira em especial do vector 2. Ainda para obviar as limitações PIDDAC durante o ano de 2007, foi decidido fazer os pagamentos do Vector 2 com a maior extensão possível, a fim de se atenuar o efeito dos atrasos dos pedidos de pagamento.

3 EXECUÇÃO FINANCEIRA

3.1 Recapitulativo de Despesa e pagamento

3.1.1 Acumulado

O quadro seguinte apresenta os montantes de despesa certificada acumulada até 31 de Dezembro de 2007.

Quadro 14: Execução financeira Programa Leader+ até 31/12/2007

Eixo Prioritário / Medida FEOGA	Total das despesas elegíveis certificadas e efectivamente pagas				
	TOTAL				
	Custo Total	Despesa Pública			Privado
		Despesa Pública Total	FEOGA	Público Nacionais	
Eixo Prioritário 1	238.745.269	171.020.303	121.269.386	49.750.917	67.724.966
Medida 1	161.218.126	101.850.024	69.957.617	31.892.407	59.368.102
Medida 2	43.476.812	35.198.267	25.829.304	9.368.963	8.278.544
Medida 3	151.800	151.800	113.850	37.950	0
Medida 4	33.898.531	33.820.212	25.368.615	8.451.597	78.319
Eixo Prioritário 2	10.667.984	9.686.129	6.462.940	3.223.189	981.854
Medida 1	6.658.552	5.895.911	3.792.232	2.103.679	762.640
Medida 2	1.886.457	1.667.916	1.078.981	588.935	218.541
Medida 3	2.122.975	2.122.302	1.591.727	530.575	673
Eixo Prioritário 3	1.952.775	1.952.775	1.464.581	488.194	0
Assistência Técnica	2.415.066	2.415.066	1.811.299	603.767	0
Total	253.781.094	185.074.273	131.008.207	54.066.066	68.706.820

O montante total de transferências efectuadas pela Comissão Europeia da Verba FEOGA ascendeu 137.888.772€. O diferencial de valor face ao quadro acima correspondeu ao balanço entre os adiantamentos e o último pedido de pagamento de 2007, ocorrido em Novembro, pedido excepcional, o qual só foi saldado já em Fevereiro de 2008.

3.1.2 Ano de 2007

Durante o ano de 2007 foram efectuados quatro pedidos de pagamento à CE, mais um do que está estipulado nos normativos do programa. Este pedido excepcional justificou-se pela necessidade de acautelar o cumprimento da regra N+2, o que veio a acontecer. O quadro seguinte resume o montante total da despesa associada aos pedidos efectuados à Comissão Europeia.

Quadro 15: Execução Financeira Programa Leader + 2007

Eixos/ Medidas	Custo Total	Despesa Pública			Privados
		Despesa Pública Total	FEOGA	Públicos Nacionais	
Eixo Prioritário 1	47.770.224	33.771.645	23.407.354	10.364.292	13.998.579
Medida 1	33.537.365	21.249.409	14.308.853	6.940.556	12.287.957
Medida 2	9.314.274	7.611.676	5.415.564	2.196.112	1.702.599
Medida 3	0	0	0	0	0
Medida 4	4.918.584	4.910.561	3.682.937	1.227.624	8.023
Eixo Prioritário 2	3.554.349	3.210.633	2.137.720	1.072.913	343.716
Medida 1	1.963.756	1.738.411	1.124.933	613.477	225.345
Medida 2	1.001.675	883.977	571.602	312.375	117.698
Medida 3	588.918	588.246	441.185	147.061	672
Eixo Prioritário 3	406.895	406.895	305.171	101.724	0
Eixo Prioritário 4	414.174	414.174	310.630	103.544	0
Total	52.145.642	14.342.295	26.160.875	11.642.472	14.342.295

O montante das transferências efectuadas pela Comissão ascendeu a um valor de 30.392.066€, ligeiramente superior ao montante da despesa apresentada uma vez que o último pedido de pagamento de 2006 que foi apresentado em Dezembro só foi pago no início de 2007 e o último de 2008 foi pago em 2008. O quadro seguinte apresenta as transferências efectuadas.

Quadro 16: Transferências Financeira da CE 2007

Pedido de Pagamento	Data	Feoga Transferido €
Reembolso 3ºPP/2006	2007.01.26	6.791.539
Reembolso 1ºPP/2007	2007.05.10	7.306.271
Reembolso 2ºPP/2007	2007.08.28	6.716.245
Reembolso 3ºPP/2007	2007.12.26	9.578.011
Reembolso 4ºPP/2007	2008.02.18	3.876.572
Reembolso 1ºPP/2008	2008.05.28	4.345.814
	Total	38.614.452
	Total 2007	30.392.066

Relativamente à verba MADRP foram efectivados pagamentos no valor de 5.092.226€. Este valor engloba pagamentos de pedidos de pagamento de 2006. Conforme foi referido, durante o ano de 2007 houve atrasos significativos nos pagamentos da componente MADRP, facto que originou um atraso significativo na execução do programa. A dimensão dos pedidos de pagamento do Vector 2 é elucidativa das dificuldades de financiamento deste vector por parte dos GAL, uma vez que a componente MADRP representa 30% do financiamento do vector.

Quadro 17: Transferências FEOGA 2007 CE-DGADR

Pedido de Pagamento	MADRP Transferido €
2º PP/2006 - Vector 1	1.230.529
2º PP/2006 - Vector 2	290.331
3º PP/2006 - Vector 1	1.320.818
3º PP/2006 - Vector 2	185.039
1º PP/2007 - Vector 1	1.424.019
1º PP/2007 - Vector 2	247.652
2º PP/2007 - Vector 1 parte	393.839
Total 2007	5.092.229

3.2 Execução Prevista e Real

Em termos de despesa certificada as taxas de execução financeira ajustada às várias componentes apresenta-se no quadro gráfico seguinte

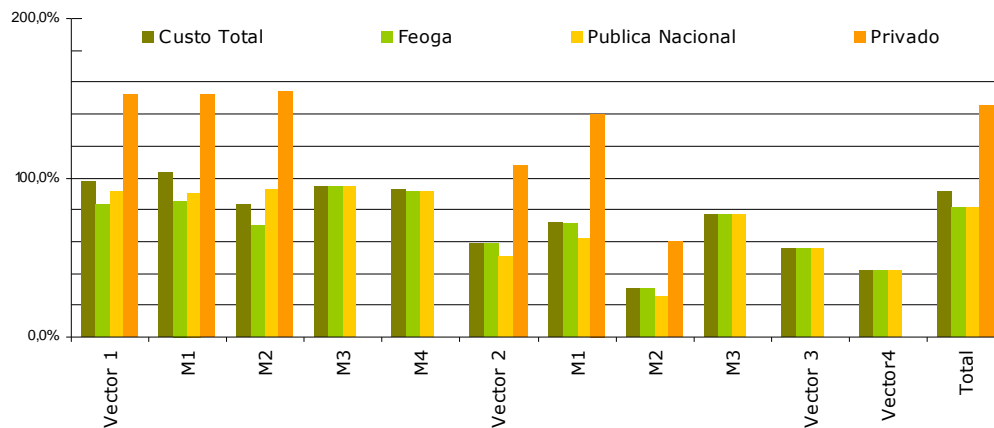


Gráfico 21: Execução financeira (% de realização) face Programa Nacional

Nas medidas/submedidas em que o financiamento é total, nomeadamente a aquisição de competências, assistência técnica dos vectores 1 e 2 e os vectores 3 e 4, o valor de execução das despesas face ao Feoga é

naturalmente idêntico. Nas restantes verifica-se haver um ligeiro acréscimo da taxa de realização do custo total face à componente Feoga. Este acréscimo deve-se em larga medida ao facto de o efeito alavanca do programa verificar-se de forma muito evidente no vector 1, medidas 1 e 2. Igualmente no vector 2 verifica-se um efeito alavanca interessante.

Analisando a execução face à componente FEOGA, verifica-se estar o programa a um nível de execução de cerca de 80.8% em 31 de Dezembro de 2007. O Vector 2 apresenta uma execução de 59.1%, muito abaixo do vector 1, que apresenta um nível de execução face ao Programa Nacional de 82.8%. A execução dos vectores 3 e 4, com respectivamente 55.4% e 41.8%, justifica-se pelas restrições orçamentais em sede de PIDDAC. Estes vectores são geridos pelo Gestor (Director Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural) sendo financiados a 75% FEOGA e 25% MADRP (PIDDAC). Sendo uma despesa gerida por um organismo público as duas componentes estão associadas, pelo que as limitações verificadas em sede de PIDDAC nos anos anteriores tiveram forte influência na execução destes vectores. Por outro lado, no caso da assistência técnica, vector 4, não faz sentido falar em recuperação da execução, pelo que este vector terá sempre uma baixa execução até ao final do Programa.

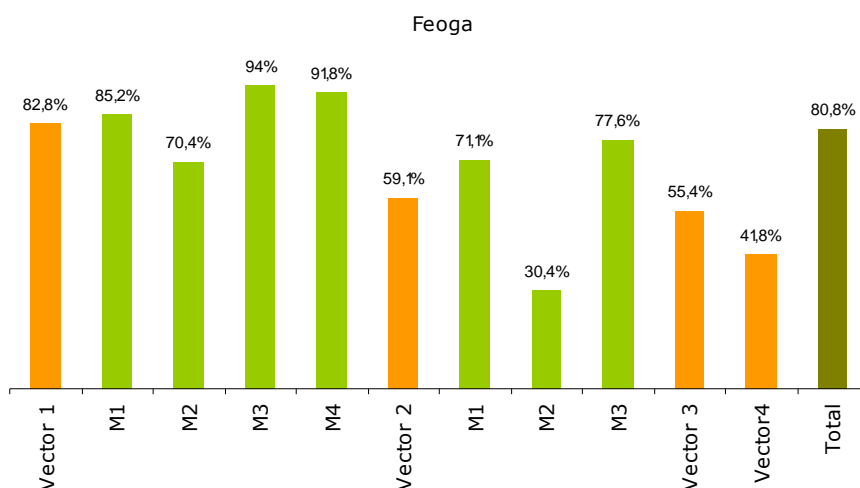


Gráfico 22 Execução financeira das medidas e vectores face ao Feoga

3.2.1 Vector 1

O vector 1 apresentava em 31 de Dezembro de 2007 uma taxa de aprovação (aprovado/programado) de 99%, ou seja, os PDL estão praticamente todos cobertos em termos de compromissos. Em relação à taxa de execução (realizado/aprovado) e de realização (realizado/programado), os valores são igualmente elevados, situando-se nos 85% e 84% respectivamente. Fazendo uma análise das várias medidas e sub medidas, verifica-se que a sub medida 2.1, acções de formação, é a que apresenta valores de taxas de execução e realização mais baixas. No entanto esta sub medida apresenta uma dimensão financeira mais baixa pelo que não tem expressão em termos globais. Importa referir que a Medida 4, assistência técnica apresenta valores relativamente elevados de taxa de realização, 93%, o que poderá indiciar algumas dificuldades financeiras em alguns GAL na fase final de execução do Programa.

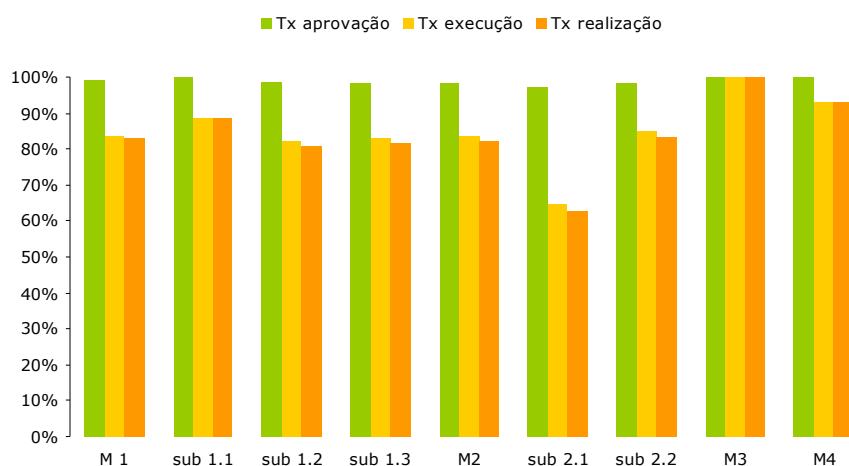


Gráfico 23: Vector 1, Taxa de aprovação, execução e realização por medida e sub medida

A taxa de realização foi superior à de aprovação, como aliás seria de esperar, dado estar-se numa fase final do programa. No entanto é de salientar o equilíbrio relativo na evolução das taxas de realização das várias componentes, o que se reflecte numa evolução equilibrada da execução financeira do vector 1.

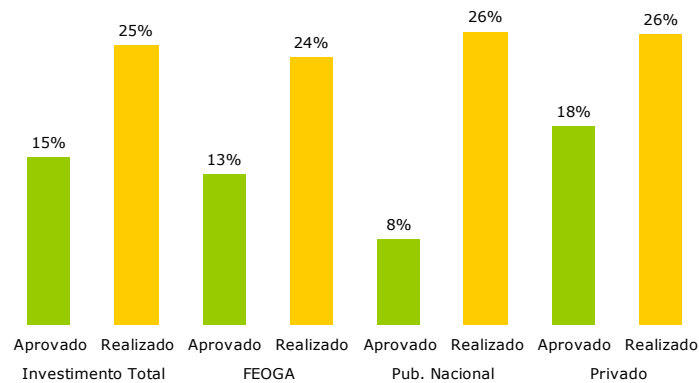


Gráfico 24: Vector 1, Taxas de aprovação e de execução/componente financeira

Analisando a evolução do investimento aprovado e aplicado, verifica-se que no início do programa houve uma natural aprovação acentuada de projectos, sendo o nível de execução dos projectos baixo. Estava-se em período de lançamento do programa, sendo natural o comportamento. À medida que se desenvolveu o programa, o montante de aprovações em cada ano foi decrescendo, tendo apenas subido no último ano, 2007. Este comportamento ter-se-á ficado a dever ao facto de 2007 ser o último ano para aprovação de projectos. 31 de Setembro foi a data limite para assunção de compromisso no âmbito do vector 1, pelo que terá havido um reforço das aprovações na fase final do programa, numa tentativa dos GAL comprometerem a totalidade da verba dos seus PDL. Em relação ao investimento aplicado, verifica-se ter havido um natural crescimento à medida que o programa se ia desenvolvendo. Nos anos 2005 e em especial 2006, por via de limitações de natureza orçamental, decorrentes de constrangimentos de PIDDAC, o programa sofreu uma desaceleração na sua

execução. Em 2007, por se tratar de um ano final, de se ter feito um esforço de recuperação nos pagamento PIDDAC e de se ter efectuado um quarto pedido de pagamento, houve uma recuperação no investimento aplicado, situando-se ao nível do ano de 2004.

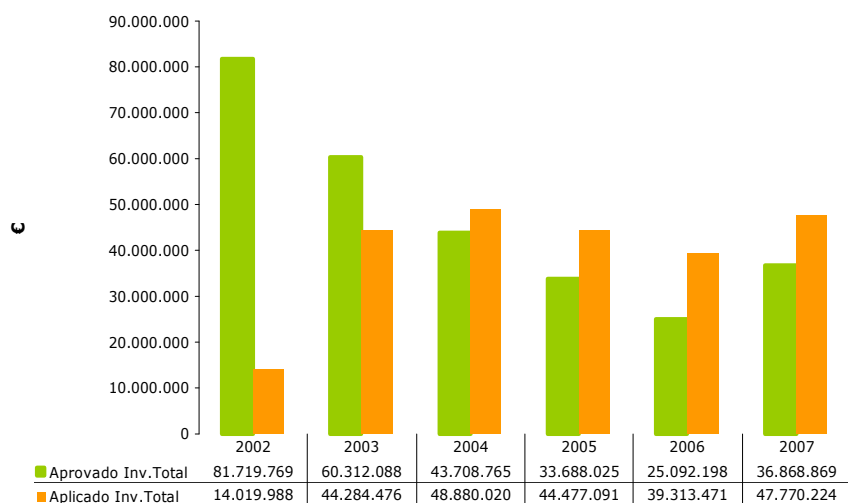


Gráfico 25: Vector 1, Investimento aprovado e aplicado 2002-2007

3.2.1.1 Vector 1, projectos concluídos

Em 2007 foram encerrados 1091 projectos correspondentes a 33.843.381€. Até 31 de Dezembro de 2007 foram encerrados 3729 projectos, envolvendo um montante de investimento aplicado de 123 milhões de euros. A diferença entre o investimento aprovado e aplicado tem que ver com a execução superior de privados e de público nacional não MADRP, uma vez que este valor está "bloqueado" em termos de aprovação.

Quadro 18: Projectos concluídos vector 1

	Investimento	Comp.Pública	Comp.FEOGA	Comp.Pública Nacional	Comp.Privada
Aprovado	117.855.158	81.877.222	58.757.484	23.119.737	35.977.938
Aplicado	123.560.606	81.877.222	58.757.477	26.326.704	38.476.504

Os projectos concluídos correspondem em número a 53% dos projectos aprovados. Por sua vez o investimento total dos projectos encerrados corresponde a 48% do investimento total aprovado.

3.2.1.2 Vector 1, Reserva de eficiência

No ano de 2007 foi distribuída pela 4^o vez uma reserva de eficiência. Esta reserva decorreu da alteração orçamental formalmente aprovada através da assinatura em 10/9/2007 do aditamento nº3 à Convenção de 6 de Dezembro de 2001 relativa à Decisão (CE) 2035 de 2001. Esta alteração permitiu efectuar uma nova distribuição de reserva cujos critérios foram definidos na Comissão Nacional de Acompanhamento:

- **Critério de acesso:** Execução Financeira do PDL sem Medida 4, componente FEOGA \geq 80%
- **Montante da Reserva:** Igual pelos GAL que cumpram o critério de acesso. Logo, depende do número de GAL que cumpram o critério de acesso.

O montante da reserva foi de 1.002.968€ de FEOGA e foram beneficiados 28 GAL, cabendo uma dotação orçamental por GAL de 35.820€ FEOGA.

Quadro 19: Vector 1, 4^o Reserva eficiência, GAL beneficiados

GAL	Taxa de realiz. PDL S/M4
ADD	97%
RAIA HISTÓRICA	94%
CHARNECA	92%
DUECEIRA	89%
ADRAT	89%
DOURO SUPERIOR	86%
TERRAS B GUADIANA	86%
MONTE	86%
PRÓ-RAIA	85%
PINHAL MAIOR	84%
APRODER	84%
ESDIME	83%
DOURO HISTÓRICO	83%
ALENTEJO XXI	83%
TAGUS	83%
ADRACES	82%
ADREPES	82%

ADELO	82%
ADL	82%
GRATER	82%
ARDE	81%
LEADERSÔR	81%
ADELIAÇOR	81%
ADERES	81%
ADER-AL	81%
ADIBER	80%
ADRIL	80%
ADRUSE	80%
ADDLAP	80%

3.2.2 Vector 2

Durante o ano de 2007 registou-se um crescimento de 23% do investimento aprovado, o qual está associado a mais 99 projectos de cooperação. A Sub Medida 1.1, cooperação entre GAL nacionais foi a que registou o maior volume de aprovações. No que respeita à cooperação transnacional, foi igualmente a sub medida relativa à cooperação entre GAL nacionais e estrangeiros, sub medida 2.1, a que mais cresceu em termos de compromissos. O Investimento total aprovado no vector 2 em 2007 foi de 3.556.110€.

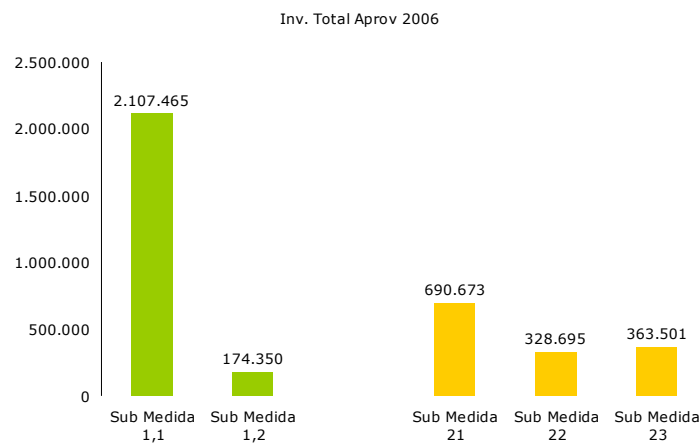


Gráfico 26: Vector 2, Investimento aprovado 2007

Quadro 20: Vector 2, Investimento aprovado 2007

Medida/Sub Medidas	Nº de proj.	Inv. Total Aprovado €
Medida 1	66	2.281.815
Sub Medida 1,1	53	2.107.465
Sub Medida 1,2	13	174.350
Medida 2	33	1.382.869
Sub Medida 2.1	16	690.673
Sub Medida 2.2	11	328.695
Sub Medida 2.3	6	363.501

Analisando o montante acumulado aprovado e executado por submedida, verifica-se que foi a submedida 1.1 aquela que maior montante absorveu. Importa, contudo, salientar o facto de em 2007, em relação a outros anos, a aprovação de projectos transnacionais ter sido superior, o que se justifica pelo facto deste tipo de projectos ter um período de preparação e operacionalização mais longo do que os interterritoriais.

Quadro 21 Vector 2, Investimento Aprovado acumulado

Medida SubMedidas	Nº de proj.	Inv. Total Aprovado
Medida 1	514	10.749.349
Sub Medida 1,1	418	8.449.659
Sub Medida 1,2	96	2.299.690
Medida 2	128	4.370.473
Sub Medida 21	63	2.394.640
Sub Medida 22	34	992.634
Sub Medida 23	31	983.199
Medida 3	52	2.510.127
Total	694	17.629.949

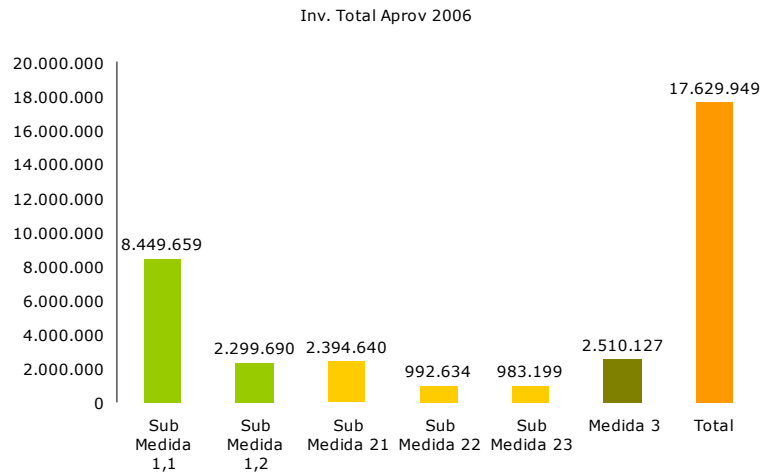


Gráfico 27: Vector 2, investimento aprovado ate 31/12/2007

Analisando as taxas de aprovação , de execução e de realização, verifica-se existir uma tendência de preferência ou de maior facilidade de execução da medida 1. A medida 2 tem um maior diferencial entre taxas de aprovação e de execução face à de realização, o que corrobora o anteriormente afirmado, que esta cooperação é mais difícil de operacionalizar. Aspecto igualmente importante é o facto de a cooperação não ter esgotado o seus compromissos potenciais de aprovação. A Medida 1 atingiu os 98%, a medida 2, 96% e a apenas a Medida 3 os 100%.

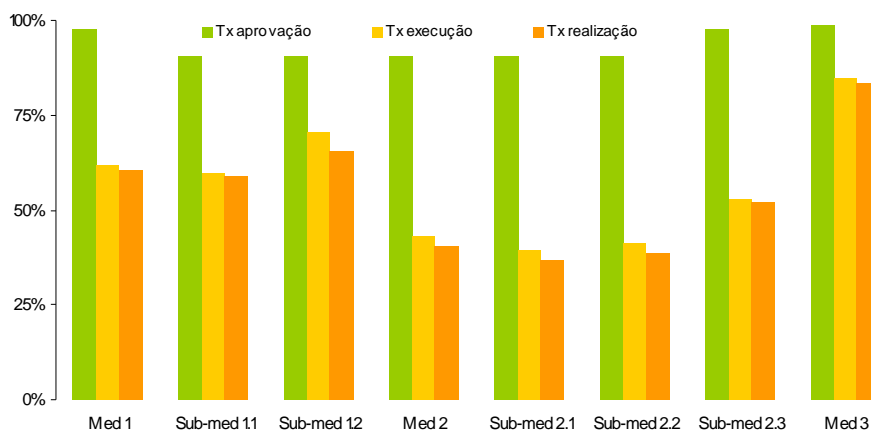


Gráfico 28: Vector 2, Taxa de aprovação, execução e realização por sub medida

3.2.2.1 Vector 2, medida 2 - Cooperação transnacional

Até 31 de Dezembro de 2007 registou-se a entrada de 67 pré-candidaturas e foram aprovadas pelo Gestor 45 projectos de Cooperação Transnacional cujas características são apresentadas no quadro seguinte:

Quadro 22: Vector 2, Projectos aprovados Medida 2

Projecto	Data de aprovação	Inv. Elegível	FEOGA	MADRP
Cooperação Monte Palmas	28-04-2004	20.000,00	1.000,00	6.200,00
Cardum	10-05-2004	33.000,00	18.925,50	10.190,40
Intercâmbio Luso	13-10-2004	6.007,26	3.445,16	1.855,04
Museu multimediale	13-10-2004	30.000,00	17.205,00	9.264,00
Bodas reais	13-10-2004	12.909,60	7.403,66	3.986,48
	TOTAL	101.916,86	57.979,32	31.495,92
	2004			
Eco-red museus vivos	14-01-2005	100.647,57	57.721,39	31.079,97
Rotas Marianas	14-01-2005	27.690,00	15.880,22	8.550,67
Raízes para o desenvolvimento	01-04-2005	34.107,20	19.560,48	10.532,30
Rio Minho: Fonte de Riqueza e Desenvolvimento	01-04-2005	63.012,52	36.137,68	19.458,27
Rede de espaços cinegéticos - SEGUNDA DECISÃO	20-09-2005	30.400,00	17.434,40	9.387,52
Rotas sem barreiras	23-06-2005	73.484,17	42.143,17	22.691,91
Cooperar em Português	26-07-2005	213.580,58	122.486,94	65.955,19
Uso múltiplo da floresta - micologia	27-07-2005	39.699,04	22.750,02	12.249,08
Caminhos de Santiago, Caminhos de União	17-08-2005	30.000,00	17.205,01	9.264,00
Aldeias de Tradição	17-08-2005	177.009,03	101.514,60	54.660,42
Club Biored	20-09-2005	308.620,42	176.993,80	95.301,98



Projecto	Data de aprovação	Inv. Elegível	FEOGA	MADRP
De Basto a Redange-Wiltz	25-11-2005	34.430,01	19.745,61	10.631,98
Museus Naturais	12-12-2005	183.657,79	105.327,74	56.713,53
Origenes	12-12-2005	29.650,00	17.004,28	9.155,92
	TOTAL 2005	1.345.988,33	771.905,34	415.632,74
O TER do Minho ao Brasil	31-01-2006	90.000,00	51.615,00	27.792,00
O TER em Angola	31-01-2006	65.000,00	37.277,50	20.072,00
Rotas sem barreiras - SEGUNDA DECISÃO	31-01-2006	147.285,22	84.468,07	45.481,68
Desenvolvimento do turismo ornitológico dentro dos espaços naturais protegidos	08-02-2006	44.000,00	25.234,00	13.587,20
Estreitar laços para a promoção do desenvolvimento local e cidadania	31-03-2006	10.696,03	6.134,17	3.302,93
Festival Europeu de jardins	21-03-2006	50.000,00	28.675,00	15.440,00
As Heranças do Vinho a Sul	04-07-2006	80.965,00	46.433,42	25.001,99
Bodas Reais 2006	04-07-2006	54.000,00	30.969,00	6.355,80
Escultura e paisagem no arco atlântico	11-07-2006	76.000,00	43.586,00	23.468,80
Eco-red museus vivos - SEGUNDA DECISÃO	04-07-2006	286.747,56	164.449,73	88.547,65
Adequação turística e meio ambiental na chaneira do rio maçãs	27-09-2006	35.090,00	20.124,12	10.835,79
Tradiciones	23-11-2006	53.920,00	30.923,13	16.631,98
Festival Internacional da Raia	17-11-2006	7.000,00	4.014,50	2.161,60
Assitência a Feiras da Raia	23-11-2006	9.000,00	5.161,50	2.779,20
Rede de caminhantes do Sistema Central	05-12-2006	15.000,16	8.557,54	4.773,74
Integração socio-económica	21-12-2006	60.000,00	34.410,00	18.528,00
Cordão verde pelo Sudoeste da Península Ibérica	21-12-2006	94.945,58	54.451,29	29.319,19



Projecto	Data de aprovação	Inv. Elegível	FEOGA	MADRP
InterWood	21-12-2006	15.000,00	8.602,50	4.632,00
	TOTAL 2006	1.194.649,55	685.086,47	358.711,55
Nos Terra	17-01-2007	29.947,19	17.174,71	9.247,69
Portal Paralelo 40	21-03-2007	22.500,00	12.903,75	6.948,00
EURENERS	21-03-2007	40.100,00	22.997,35	12.382,88
Botica vegetal	07-04-2007	55.000,00	31.542,50	16.984,00
Club Biored NOVA DECISÃO	07-04-2007	280.620,57	160.935,89	86.655,63
Origens NOVA DECISÃO	21-03-2007	59.300,00	34.008,56	18.311,84
Rede de coop. Trans. para a comercialização de produtos locais e turismo rural	31-05-2007	95.000,00	54.482,50	29.336,00
Rotas sem barreiras NOVA DECISÃO	31-05-2007	151.525,21	84.649,80	46.790,99
Cooperar em Português NOVA DECISÃO	31-05-2007	225.080,58	129.082,19	69.506,39
Rotas Marianas NOVA DECISÃO	31-05-2007	48.840,00	28.009,74	15.081,79
Valorização do vinho mediante novas formas de comercialização em zonas rurais próximas das grandes cidades	17-07-2007	73.136,73	41.943,91	22.584,62
Eco-red museus vivos - NOVA DECISÃO	17-07-2007	333.027,56	190.991,31	102.838,91
ELREN	17-07-2007	50.000,00	28.675,00	15.440,00
TURISMO CULTURAL	17-07-2007	44.075,00	25.277,01	13.610,36
BRINCAR PARA APRENDER	05-09-2007	113.750,27	65.235,78	35.126,08
VILLAGE RADIO	03-09-2007	45.000,00	25.807,50	13.896,00
Cooperar em Português NOVA DECISÃO	30-07-2007	273.080,58	156.610,19	84.328,70
	TOTAL 2007	1.910.036,50	1.093.152,98	589.822,19
45 projectos aprovados	TOTAL	3.139.805,14	1.797.894,32	959.391,04

Os projectos de cooperação transnacional envolvem 267 parceiros provenientes de 17 países: 49 Portugal, 87 Espanha, 7 Moçambique, 11 Itália, 11 Brasil, 5 França, 3 Cabo Verde, 3 Finlândia, 3 Grécia, 2 Holanda, 2 Irlanda, 1 Angola, 1 Áustria, 1 Chipre, 1 Inglaterra, 1 Luxemburgo e 1 da Suíça.

3.2.2.2 Principais Domínios de Intervenção Vector 2

O quadro seguinte apresenta os principais domínios de intervenção dos projectos do vector 2. Verifica-se haver uma grande semelhança face aos domínios do vector 1 o que explica o facto de os GAL exercerem nos seus planos de cooperação os objectivos que determinaram para os seus PDL.

Quadro 23: Vector 2, Principais Domínios de intervenção

Domínio de Intervenção	Nº Projectos	Investimento Aprovado
Serviços de base para a economia rural e população (1305)	226	3.868.399,76
Fomento de actividades de turismo (1310)	146	3.658.702,07
Comercialização de produtos agrícolas de qualidade (1304)	32	1.396.216,07
Fomento do artesanato (1311)	15	578.811,15

No que se refere à cooperação transnacional em termos de despesa realizada os sectores do turismo e ambiente são os que têm merecido uma maior atenção por parte do GAL.

Quadro 24: Vector 2, Medida 2, Principais Domínios de Intervenção

Domínios de intervenção	Despesa Realizada €
Fomento de actividades de turismo (1310)	69.2263,48
Serviços de base para a economia rural e população (1305)	367.782,57
Ajudas às PME e artesanato - Serviços comuns às empresas	157.459,35
Protecção, requalificação e renovação do ambiente natural	136.320,67

Efectuando uma análise regional verifica-se que as regiões da Madeira e da antigo Ribatejo e Oeste são as apresentam maiores taxas de realização, com respectivamente, 78%. Algarve, Beira Interior e Açores são as regiões com mais baixas médias de execução dos planos de cooperação.

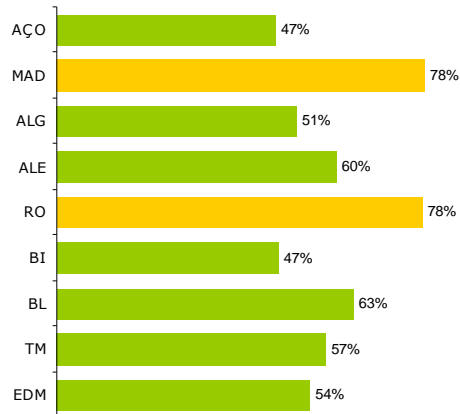


Gráfico 29: Vector 2, Execução dos PC por região

Fazendo uma análise acerca da vocação regional por tipo de cooperação, verifica-se que o RO, TM, a Beira Litoral e as Regiões Autónomas foram as regiões que mais apostaram percentualmente na cooperação interregional. Apenas o Algarve apresenta um orçamento destinado à cooperação transnacional superior à cooperação nacional. Contudo, analisando a % de realização por medidas, verifica-se que TM, BI e o Algarve são as região dos país que apresentam uma mais baixa execução na cooperação transnacional, facto que importa destacar por se tratarem de regiões que fazem fronteira com Espanha. Não parece, pois, haver uma relação causa efeito em relação à proximidade com Espanha no que se refere à potenciação da cooperação transnacional. Cruzando os dois gráficos, parece haver alguma relação entre a capacidade de execução dos PC e a concentração de investimento na medida 1, o que tem que ver com o facto da cooperação nacional ser mais fácil de executar.

V2 Inv. Programado - % Investimento por medida



Gráfico 30: Vector 2, % de Investimento programado por medida

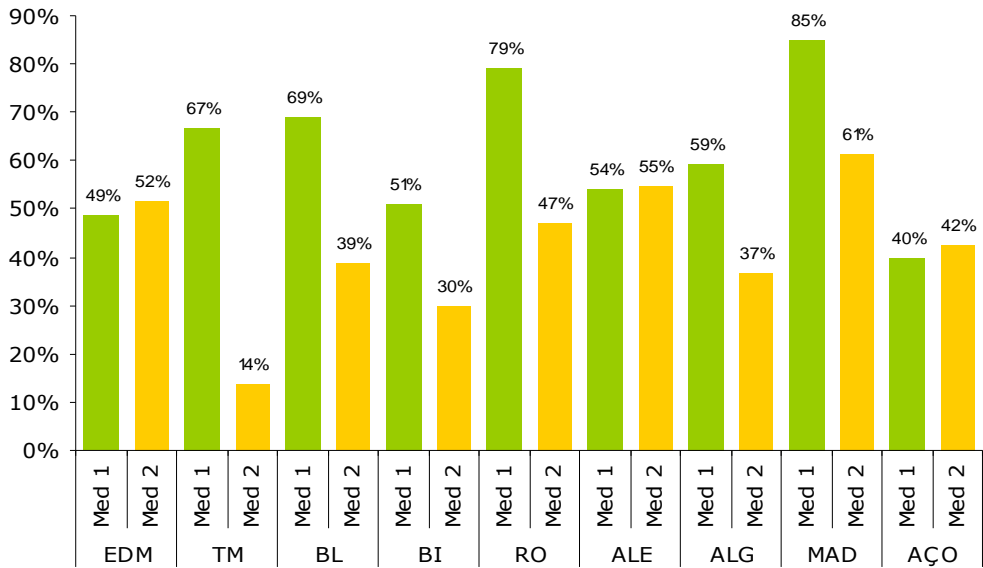


Gráfico 31: Vector 2, % realização por região e medida

3.2.3 Vector 3

O ano de 2007 foi marcado pela realização de actividades fundamentalmente orientadas para o apoio aos GAL ao nível da informação e qualificação. A articulação com o trabalho do Ponto de Contacto – Observatório do Desenvolvimento Rural da Comissão Europeia, implicou também uma regularidade ao nível da pesquisa e organização de informação sobre Boas Práticas no âmbito do LEADER+, a fim de serem incluídas na Revista LEADER Magazine, assim como a organização de um evento europeu sobre o Programa LEADER+, sobre o qual se fará referência mais adiante.

Das actividades realizadas no âmbito da Rede Portuguesa LEADER+, no ano de 2007, destacam-se o sitio LEADER+ (www.leader.pt) e o Jornal Pessoas e Lugares (editados os números do 43 ao 46), instrumentos privilegiados de publicitação e informação acerca do programa, dos GAL e das suas actividades, quer a nível nacional, quer internacional. A Folha Informativa da Rede Portuguesa LEADER+, editada mensalmente até Abril de 2007 foi, igualmente, um produto informativo criado com o objectivo de informar e divulgar acerca dos eventos dos GAL a nível nacional e europeu, bem como fazer um ponto de situação regular sobre as dinâmicas e objectivos do LEADER+ em Portugal.

Projecto RE.CI.PRO.CO – Relações de Cidadania entre PRODutores e CONsumidores

No seguimento das iniciativas levadas a cabo no âmbito do Projecto RE.CI.PRO.CO, nomeadamente a implementação da metodologia nos grupos LEADER nacionais aderentes, a Rede Portuguesa apoiou a organização e realização de uma visita aos AMAP – Association pour le Maintien d'une Agriculture Paysanne da zona de Toulouse em França, organizações equivalente aos RE.CI.PRO.CO em Portugal, e um Encontro Nacional RE.CI.PRO.CO produtores/consumidores, em São Pedro do Sul realizado no dia 11 de Julho de 2007, para capitalização da experiência e lançamento da

rede nacional. Estas iniciativas destinaram-se a entidades com a metodologia RE.CI.PRO.CO, aos produtores e consumidores que participam nestas redes e aos GAL. Ainda no campo da edição foi elaborado e editado, em formato on-line, o Guia Reciproco, em resultado do projecto com o mesmo nome e que envolveu diversas actividades com o interesse comum de experimentarem uma outra forma de comercialização dos produtos agrícolas e de promoverem uma aproximação cidadã e responsável entre produtores e consumidores;

Projecto IDEIAS – Intervenção, Desenvolvimento, Emprego, Inserção, Actividades Sustentáveis

Este projecto, desenvolvido em parceria com a INDE, entidade coordenadora e ainda a Câmara Municipal de Palmela e a Agrobio, no quadro do Programa EQUAL, contemplou a realização de actividades de sensibilização e promoção de uma agricultura de qualidade e amiga do ambiente, em territórios peri-urbanos, em particular na zona do Poceirão. Em resultado desta experiência resultou o Guia Metodológico de Apoio à intervenção intitulado “O papel da Agricultura nos territórios periurbanos”, que culmina com uma Carta Ética para uma Produção Agrícola de Qualidade.

Repertório de projectos LEADER+

O trabalho de concepção e sistematização do **Repertório de projectos LEADER+**, documento importante para o conhecimento da realidade LEADER+, em Portugal, foi concluído e, em breve estará disponível no site da Rede LEADER+, em formato digital. A divulgação do trabalho dos GAL ao nível da edição de material diverso foi outra prioridade da Rede pelo que foi organizada a recolha, tratamento, sistematização e edição, em cooperação com a LeaderOeste, de um livro em formato de catálogo intitulado **“Pessoas e Lugares, publicações apoiadas pelo Programa LEADER”**.



Para além destas actividades a Rede participou em diversos eventos, dos quais se salientam os seguintes:

"Portugal Rural no Parlamento Europeu" de 11 a 13 de Setembro no Parlamento Europeu, em Bruxelas - Exposição/Mostra de Produtos Tradicionais de Qualidade e Seminário sobre "Governança Local nos Territórios Rurais: opção estratégica ou utopia?"

O Programa LEADER+, através da Rede Portuguesa LEADER+, em parceria com a Federação Minha Terra e sob o patrocínio do Sr. Vice Presidente do Parlamento Europeu, Dr. Manuel dos Santos promoveu de 11 a 13 de Setembro de 2007, no 3º Piso do Edifício SPINELLI do Parlamento Europeu, em Bruxelas uma Exposição "Portugal Rural no Parlamento Europeu", no âmbito da qual decorreu uma Mostra/Degustação de Produtos Tradicionais de Qualidade e um Seminário sobre "Governança Local nos Territórios Rurais: opção estratégica ou utopia?".

Esta iniciativa teve por finalidade apresentar no espaço do Parlamento Europeu a enorme riqueza cultural, ambiental e arquitectónica dos territórios rurais portugueses e a forma como o Programa LEADER+ e os Grupos de Acção Local (GAL), gestores do programa nos diferentes territórios rurais, têm ajudado a potenciar estas riquezas através do apoio à melhoria da qualidade dos produtos locais, da diversificação de actividades, nomeadamente as ligadas ao turismo em espaço rural, ao artesanato e à valorização da paisagem, do património rural e das identidades culturais.

A realização desta Conferência permitiu criar oportunidades de debate sobre os diversos pontos de vista e opções relativas à governança local no âmbito da política de desenvolvimento rural. Questões como a legitimidade deste modelo de governança, o papel das parcerias público privadas na implementação de políticas, os conflitos de interesses e riscos lhe estão associados, as mais valias desta forma de organização relativamente aos modelos tradicionais de organização política, foram as questões nucleares do debate, no qual se equacionaram também algumas das opções

estratégicas da política de desenvolvimento rural, no quadro da abordagem LEADER.

Conferência "Capital Social e Criação de Emprego na Europa Rural", dias 8-9 de Novembro de 2007, em Lisboa, da Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e Trabalho

A Rede Portuguesa LEADER+ colaborou com a Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e Trabalho na organização e realização de uma Conferência sobre "Capital Social e Criação de Emprego na Europa Rural", nos dias 8 e 9 de Novembro de 2007, em Lisboa, no Hotel Holiday Inn. Esta conferência contou com a colaboração de vários especialistas europeus e foi um contributo importante para a reflexão e debate sobre esta temática em Portugal. Nesta conferência esteve presente Rui Nobre Gonçalves, Secretário de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas – Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Portugal e a Rede Portuguesa contou com a apresentação de duas comunicações sobre o LEADER e a importância do capital social nomeadamente: "As actuais políticas de desenvolvimento rural da UE e o programa Leader+" de Rui Veríssimo Batista, Chefe do projecto Leader+ e "Iniciativas de capital social: a experiência do Programa Leader em Portugal", de Maria do Rosário Serafim, da Rede Portuguesa Leader+

Conferência do Observatório Leader+ "Resultados do Leader: uma diversidade de experiência territorial"

No âmbito do programa de actividades do Ponto de Contacto/Observatórios LEADER+, nos dias 21, 22 e 23 de Novembro de 2007 realizou-se, em Évora, o Seminário Europeu do Programa LEADER+ Resultados do LEADER: uma diversidade de experiências territoriais", organizado pela Comissão Europeia. A Rede Portuguesa LEADER+ colaborou neste processo em conjunto com o GAL Monte-ACE, Grupo de Acção Local da zona de intervenção circundante a Évora.



Neste evento estiveram presentes mais de 400 participantes, representando os Grupos de Acção Locais, as Autoridades de Gestão e de Pagamento Nacionais e Regionais do Programa e as Redes LEADER+ de toda a Europa, assim como representantes da Comissão Europeia, do Parlamento Europeu e de outras instituições europeias, ONGs, organizações diversas do sector privado, políticos, peritos externos, avaliadores e investigadores.

No dia 21 de Novembro organizaram-se visitas a projectos na região do GAL MONTE-ACE com a finalidade de os participantes poderem conhecer os resultados da iniciativa LEADER no terreno e nas sessões plenárias foi apresentado um dos 16 filmes realizados por diferentes GAL da Europa sobre a intervenção LEADER nos seus territórios. Realizou-se, ainda, uma exposição-fórum de intercâmbio sobre a iniciativa LEADER nos 27 Estados-membros.

Desenvolvimento local em territórios rurais / a abordagem LEADER - acção de formação.

O Regulamento CE relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural – FEADER e as orientações estratégicas comunitárias para o desenvolvimento rural determinaram que os princípios básicos da abordagem LEADER fossem transferidos para o quadro mais vasto da programação geral relativa ao desenvolvimento rural, integrando o Eixo 4 do FEADER. Por seu lado, o Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural estabeleceu que as medidas que visam a melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais e a promoção da diversificação da economia rural inseridas no Eixo 3 do FEADER fossem aplicadas, preferencialmente, segundo a abordagem LEADER, através de estratégias de desenvolvimento local, assentes em diagnósticos fundamentados que reflectam as potencialidades e necessidades dos territórios. Assim, estas orientações foram os factores que estiveram presentes na opção de qualificar os GAL sobre esta matéria, uma vez que lhes é cometida a responsabilidade de definir e executar as estratégias

locais de desenvolvimento consubstanciadas nos Planos de Desenvolvimento Local.

Assim, com o objectivo de fortalecer as competências dos técnicos e agentes de desenvolvimento implicados nas acções de desenvolvimento rural, particularmente as que envolvem a concepção, gestão e avaliação de programas de desenvolvimento local com aplicação da abordagem LEADER, foram concebidas e organizadas pela Rede Portuguesa LEADER + duas acções de formação iguais, compostas por dois módulos, tendo cada um deles a duração de 30 horas, sobre "A abordagem LEADER e o desenvolvimento dos territórios rurais (Módulo A) e Concepção, acompanhamento e avaliação de programas sócioeconómicos de âmbito local(Módulo B).

Seminário / Workshop: "Biomassa Florestal, Equilíbrio Ambiental e Oportunidades de Desenvolvimento", 25 a 27 de Junho, em Góis

No âmbito do Projecto de Cooperação Transnacional LEADER+ "Eureners", promovido por uma parceria constituída por ADIBER - Associação de Desenvolvimento Integrado da Beira Serra (Portugal), Asociación TEDER - Centro de Desarrollo Rural de Tierra Estella, A.D.R. Comarca Sierra de Carzola (Jaén) e Asociación de Desarrollo del Campo de Montiel y Campo de Calatrava "Tierras de Libertad" de Espanha e o Syndicat Mixte du Pays de la Provence Verte - Brignoles de França vai a Rede Portuguesa LEADER+ participou no Seminário sobre "Biomassa Florestal, Equilíbrio Ambiental e Oportunidades de Desenvolvimento", que decorreu nos dias 25, 26 e 27 de Junho em Góis. O objectivo deste debate teve em vista promover as energias renováveis, com especial interesse na promoção da produção de energia a partir da biomassa, assim como intervir em acções concretas dirigidas à poupança e eficiência energética.

Semana Rural "Dia Rural, Um Dia Excepcional", de 19 a 22 de Julho, nas Sete Cidades, Açores

A ARDE - Associação Rural para o Desenvolvimento promoveu, de 19 a 22 de Julho, nas Sete Cidades e com o apoio da Rede Portuguesa LEADER+, a Semana Rural "Dia Rural Um Dia Excepcional", de incentivo à valorização e dinamização das zonas rurais dos Açores. Nesta actividade invocaram-se as grandes possibilidades dos territórios rurais, como sejam a animação sócio-cultural, as bandas e grupos folclóricos, as tasquinhas, a animação Lúdico-Infantil, Rally-pappers, entre outras actividades

3.2.4 Vector 4

No que diz respeito ao Vector 4, em que o beneficiário final também é a DGADR foram aplicados, no ano de 2007, 414.174,01€ comparticipados a 75% pelo FEOGA. O investimento acumulado perfaz o montante de 2.415.066 €, que equivale a 42% de realização.

3.3 Execução financeira Lisboa e Vale do Tejo

3.3.1 LVT, Vector 1

Dando cumprimento à determinação da alínea c), do nº 2, do atrº 37, Regulamento (CE) 1260/1999, importa referir que Portugal tem umas das suas regiões a beneficiar de apoio transitório – Lisboa e Vale do Tejo (LVT), que relativamente ao PIC LEADER+ coincide com as zonas de intervenção dos GAL da Região Agrária do Ribatejo e Oeste, ADIRN, ADREPES, APRODER, CHARNECA RIBATEJANA, LEADER OESTE e TAGUS.

Na região de LVT foram aprovados 809 projectos até final de 2007. Aspecto particularmente interessante tem que ver com a componente privados, que

representa cerca de 37% do investimento total, o que representa um efeito alavanca muito positivo por parte do programa nesta região. O investimento total aprovado representa cerca de 13% do montante total.

Quadro 25: LVT, nº projectos e investimento por componente

Nº Proj	Invest. Aprovado	Feoga	Total Pub Nac	Privados
809	36.372.485	17.660.535	5.223.043	13.488.907

Em termos tipo de promotor, verifica-se haver uma forte predominância do sector privado, com 363 projectos, quase tantos como os promovidos pelos parceiros dos GAL. No entanto, estes parceiros são igualmente entidades públicas e privadas, pelo que se poderá inferir que o sector privado apresenta uma forte presença no programa Leader+ na região de LVT.

Quadro 26: Nº de projectos por tipo de promotor

Individuais <25 anos	Individuais >=25 anos	Sector privado	Sector publico	GAL	Total
3	117	243	52	391	807

Ao nível financeiro verifica-se que a sub media 1.2 é a que maior volume de investimento executa, representando cerca de 52% do investimento total executado. Este facto corrobora o anteriormente referido de que os privados e bem assim o efeito alavanca são muito evidentes nesta região.

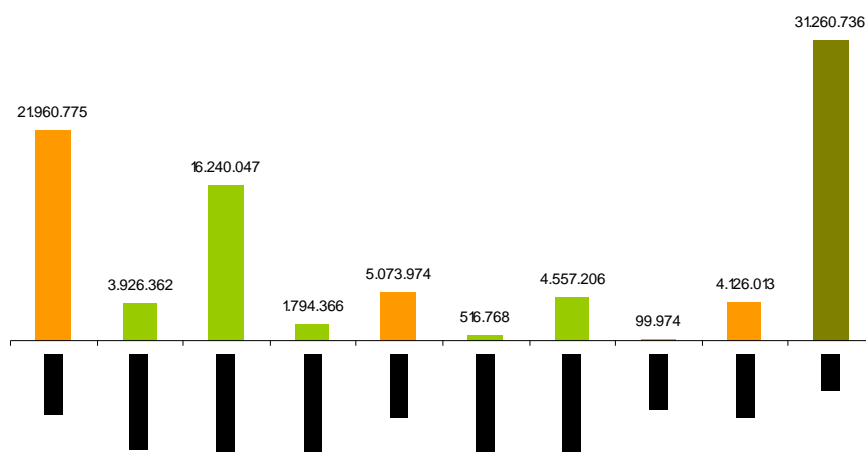


Gráfico 32: LVT, Execução financeira por medida e sub medida

Em termos de emprego criado e mantido verifica-se que em LVT foram criados cerca de 13% % de todo o emprego criado no programa Leader+. No que se refere ao emprego mantido o valor é substancialmente mais baixo, cerca de 1.7%.

Quadro 27: LVT, emprego criado e mantido

LVT	Emprego criado	Emprego mantido
Nº empregos	191	65
% nacional	12,6%	1.7%

Em termos da taxa de realização (aplicado/aprovado) verifica-se que as medidas e sub medidas apresentam valores muito semelhantes à média nacional, sendo o valor total idêntico.

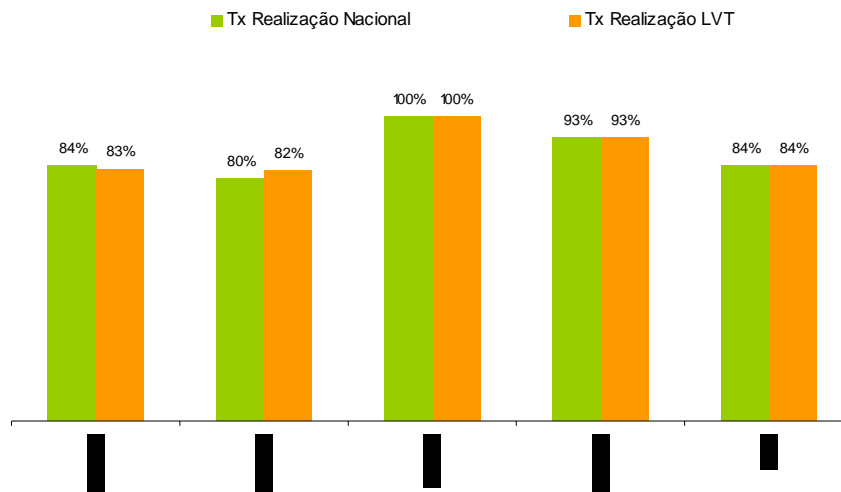


Gráfico 33: LVT, taxa de realização (aprovado/realizado)

Em termos das principais áreas de intervenção, verifica-se ser o turismo a área mais importante, seguindo-se as ajudas a PME e artesanato e o sector agroflorestal .

Quadro 28: LVT investimento total aprovado por principais domínios de intervenção

Inv. Total Aprov €	Domínio intervenção
7.459.532,57	Turismo - Investimentos corpóreos
5.648.013,39	Fomento de actividades de turismo (1310)
4.657.761,49	Funcionamento do Gal (1305-2)
3.391.069,11	Ajudas às PME e artesanato - Investimentos corpóreos
2.444.099,81	Melhoramento da transformação e comercialização de produtos agrícolas
1.503.123,97	Renovação e desenvolvimento de aldeias e do património rural (1306)
1.457.400,06	Serviços de base para a economia rural e população (1305)
1.117.847,58	Desenvolvimento da educação e da formação não ligadas a um sector específico
893.748,86	Comercialização de produtos agrícolas de qualidade (1304)
872.066,15	Turismo - Investimentos incorpóreos
815.956,76	Fomento do artesanato (1311)
733.971,54	Manutenção e restauração de heranças culturais
683.999,05	Investimentos nas explorações agrícolas
590.340,95	Promoção de novos mercados para a utilização e comercialização de produtos silvícolas
459.724,20	Protecção, requalificação e renovação do ambiente natural
393.306,74	Diversificação das actividades agrícolas e conexas (1307)

3.3.2 LVT, Vector 2

Na região de LVT foram aprovados 82 projectos individuais do vector 2 ate final de 2007. O montante das aprovações em LVT representaram cerca de 20% do investimento total nacional aprovado para o vector 2, que é de 10.667.983 €.

Quadro 29: LVT Vector 2 , nº projectos e investimento aprovado por componente

Nº Proj	Invest. Aprovado	Feoga	Total Pub Nac	Privados
82	2.107.442	1.263.780	633.395	210.267

Ao nível financeiro verifica-se que a sub media 1.1, cooperação inter territorial entre GAL, é a que maior volume de investimento executa, representando cerca de 56% do investimento total executado. Nesta região a cooperação transnacional tem uma expressão muito resumida, não indo além cerca de 128 mil euros, ou seja, 8% do investimento aplicado ou executado.

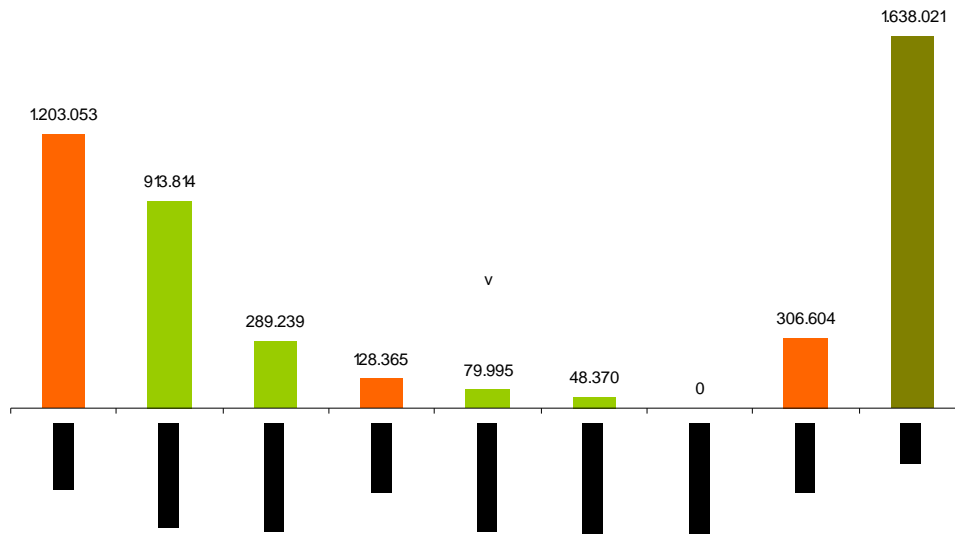


Gráfico 34: LVT, Vector 2, Execução financeira por medida e sub medida

Em termos da taxa de realização (aplicado/aprovado) verifica-se que as medidas e submedidas apresentam valores mais elevados do que os do programa nacional. De notar que a assistência técnica está praticamente esgotada, facto que poderá induzir algumas dificuldades na execução deste vector nesta região.

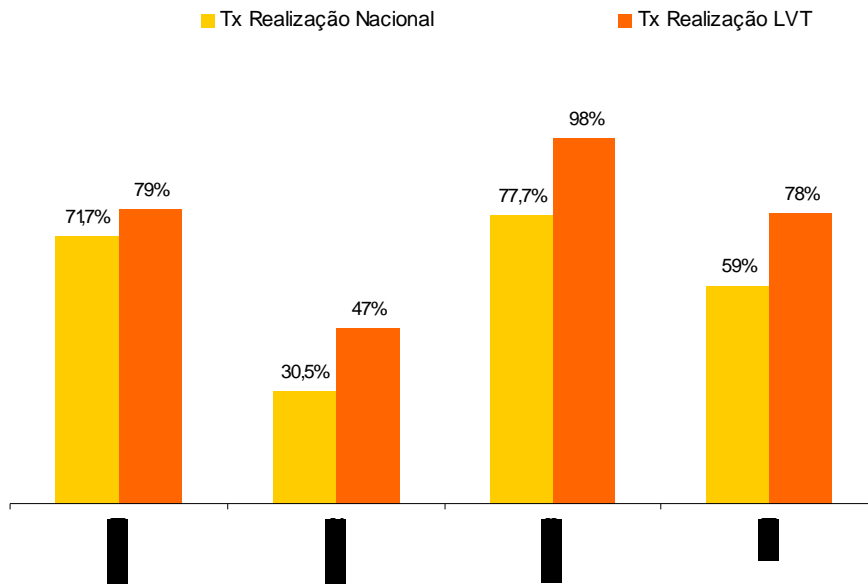


Gráfico 35: LVT Vector 2, taxa de realização (aprovado/realizado)

Em termos principais áreas de intervenção verifica-se ser o turismo e o sector agroflorestal, em particular a comercialização de produtos agrícolas de qualidade, as áreas mais importantes do vector 2 na região de LVT. Em termos gerais as áreas apoiadas no vector 1 e 2 são semelhantes.

Quadro 30: LVT, Vector 2, investimento total aprovado por principais domínios de intervenção

Inv. Total Aprov €	Domínio intervenção
390.381,19	Fomento de actividades de turismo (1310)
313.316,97	Funcionamento do Gal (1305-2)
211.021,91	Comercialização de produtos agrícolas de qualidade (1304)
195.000,01	Ajudas às PME e artesanato - Investimentos corpóreos
144.583,46	Serviços de base para a economia rural e população (1305)
111.601,41	Promoção de novos mercados para a utilização e comercialização de produtos silvícolas
106.018,40	Projectos de investigação em universidades e institutos de investigação
105.848,73	Turismo - Investimentos corpóreos
100.000,00	Turismo - Serviços comuns às empresas
93.211,68	Manutenção e restauração de heranças culturais
80.995,01	Renovação e desenvolvimento de aldeias e do património rural (1306)
75.777,71	Melhoramento da transformação e comercialização de produtos agrícolas
60.195,91	Turismo - Investimentos incorpóreos
50.000,00	Ajudas às PME e artesanato - Tecnologias ambientais, tecnologias energéticas limpas e económicas

3.4 Necessidades financeiras face ao executado e ao programado

Durante o ano de 2007, e conforme foi já referido verificaram-se constrangimentos orçamentais significativos em especial na componente nacional, não se tendo verificado problemas em termos das transferências FEOGA. Os constrangimentos relativos aos atrasos nos pagamentos das componentes nacionais levou a que se tivesse de efectuar um quarto pedido de pagamento no final do ano a fim de garantir o cumprimento da Regra N+2, o que veio a acontecer.

No ponto 1.5 fez-se referência aos problemas de financiamento da componente nacional.

4 DISPOSIÇÕES TOMADAS PELA AUTORIDADE DE GESTÃO E PELO COMITÉ DE ACOMPANHAMENTO PARA ASSEGURAR A QUALIDADE E A EFICÁCIA DA EXECUÇÃO

4.1 Acções de acompanhamento e de avaliação

No âmbito do Reg. (CE) n.º 438/2001, de 2 de Março de 2001, que estabelece as regras de execução do regulamento Geral dos Fundos, no que respeita aos sistemas de gestão e de controlo das intervenções, estão definidas as competências das autoridades de gestão e de acompanhamento, bem como as tarefas a desempenhar por cada uma delas. Deste modo o art.º 4 define o acompanhamento, o art.º 9 a certificação de despesas e o art.º 10 o controlo de 1º nível.

O acompanhamento, da responsabilidade da Autoridade de Gestão, através da Estrutura de Apoio Técnico ao Gestor LEADER +, consiste nas seguintes tarefas:

- Assistência Técnica - carácter contínuo, telefónico ou presencial.
- Verificação dos procedimentos de gestão no que toca ao cumprimento da legislação comunitária, nacional e dos normativos internos do Programa, estipulados aos GAL - efectuado essencialmente nas visitas aos GAL.
- Controlo documental - a nível dos dossiês técnico e financeiro de cada projecto, com base nos Pedidos de Pagamento apresentados pelos GAL.
- Controlo de conformidade de projectos no terreno efectuado nas visitas aos GAL

Foram efectuadas acções de acompanhamento (verificação dos processos técnico e financeiro e respectiva realização) a 95 projectos vector 1 e 2 sendo que o investimento verificado ascendeu a 3.642 mil €. Os projectos verificados enquadram-se na sua grande maioria na sub-medida 1.2 uma vez que o critério de selecção incidu na criação de postos de trabalho e investimento aprovado.

A Comissão Nacional de Acompanhamento do LEADER +, no âmbito das suas funções de acompanhamento do programa, reuniu no território do GAL Charneca, na Chamusca a 28 de Junho de 2007. A ordem de trabalhos foi a seguinte.

1. Aprovação da Acta da 5º Reunião da CNA
2. Ponto de situação da execução do Programa;
 - a. Regra N+2
3. Ponto de situação das acções de controlo de 1º nível;
4. Plano de actividades da Rede para 2007;
5. Aprovação do Relatório de 2006;
6. Reserva de eficiência, critérios de atribuição;
7. Período de aprovação de candidaturas;
8. Outros assuntos de interesse.

A Unidade de Gestão reuniu uma vez durante o ano 2007, a 22 de Junho. Foi a oitava reunião da UG e foi estruturada com o intuito de preparar a realização da Comissão Nacional de Acompanhamento. A ordem de trabalhos foi a seguinte:

1. Aprovação da acta da reunião anterior;
2. Aprovação da acta da reunião anterior;
3. Ponto de Situação da Execução do Programa;
4. Ponto de situação dos controlos e da certificação de despesas;
5. Reserva de Eficiência, Decisão distribuição e critérios;
6. Orçamento PIDDAC e Regra N+2;

7. Outros assuntos

4.2 Acções de Controlo de 1º Nível

No âmbito do artigo 10º do Regulamento (CE) n.º 438/2001, de 2 de Março de 2001 e, tendo em conta as competências da “estrutura de apoio técnico ao controlo de 1.º nível”, criada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 58/2006, de 15 de Maio, foram asseguradas as seguintes acções:

4.2.1 Conclusão do plano de controlos de 2004

Da análise dos relatórios definitivos dos 66 projectos auditados, procedeu-se à elaboração do parecer final, tendo em conta as informações dos relatórios, os contraditórios dos GAL e dos promotores e a sua interpretação dos normativos em vigor. A tomada de decisão final pelo Gestor e comunicação aos interessados das determinações produzidas veio a acontecer no início de 2008.

Neste plano de controlos foram auditados 66 projectos, dos 22 GAL seguintes: ADER-SOUSA, ATAHCA, PROBASTO, SOL DO AVE, ADRAT, DESTIQUE, AD ELO, ADD, ADIBER, DUECEIRA, ADRACES, PRÓ-RAIA, RUDE, ADIRN, CHARNECA, ADL, ESDIME, LEADER-SÔR, MONTE, IN LOCO, ACAPORAMA E GRATER.

O montante total da amostra ascendeu a um investimento realizado de 4.318.999,69 Euros, para um FEOGA de 2.657.210,94 Euros, tendo como consequência a recuperação de 245.232,01 Euros de despesa total. Nos casos das situações com consequências financeiras apresenta-se de seguida um mapa por tipologia de erro detectada e respectivos montantes envolvidos:

Quadro 31: Controlo 1º Nível, principais conclusões

Tipologia do erro	Montante a devolver
Qualidade dos documentos de suporte	1.219,17 €
Despesas não imputáveis ao projecto	4.520,85 €
Falta de valor probatório do documento de suporte	3.443,44 €
Duplicação de ajudas	627,25 €
Erros de cálculo	243,69 €
Despesas superiores aos limites legais	8.028,79 €
Despesas fora do período de elegibilidade	49.193,10 €
Despesas sem suporte documental	290,02 €
Despesas não quitadas	30.742,37 €
Despesas sem enquadramento na legislação aplicável	22.274,11 €
Deficiente imputação de custos internos/indirectos	42,88 €
Não cumprimento das regras de contratação pública	18.212,07 €
Documentos de despesa indiciando falsificação	98.942,19 €
Outros – Ausência de evidência de pagamento	2.182,08 €
Falta de razoabilidade das despesas	5.270,00 €
Total	245.232,01 €

Das recomendações formuladas no âmbito desta auditoria importa esclarecer que todas as situações com consequências financeiras se encontram concluídas, à excepção do processo referente ao projecto n.º220001720008 – Livro de Ouro, devido a uma acção interposta pelo promotor, Município de Vila Nova de Poiares, no Tribunal Administrativo de Coimbra.

No que diz respeito às recomendações de natureza não financeira salienta-se o facto dos casos então encontrados se reportarem a despesas anteriores a 30/06/2003, altura em que se detectaram algumas deficiências relativamente ao cumprimento dos procedimentos instituídos. Em virtude dessa constatação foram ministradas acções de formação aos GAL, em parceria com a IGF e a IGA, por forma a corrigir as falhas processuais.

No seguimento destes considerandos foram notificados, pela Autoridade de Gestão, os 22 GAL envolvidos, sobre as conclusões específicas de cada controlo, chamando-se a atenção para as questões processuais, tendo em vista promover uma melhoria nos circuitos e procedimentos instituídos. No entanto, importa referir que sendo esta uma acção de auditoria que decorreu em 2005, na altura da notificação já muitas das deficiências estavam corrigidas.

Relativamente ao plano de controlo de 2005, auditorias realizadas em 2006 pela empresa MAZARS & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

foi seleccionada uma amostra de 23 GAL, com 4 projectos a auditar em cada um, o que perfaz um total de 92 projectos e uma despesa total realizada de 5.519.822,04 Euros.

Dos 92 relatórios definitivos respeitantes a estas auditorias, dos quais 84 são projectos do Vector 1 e 8 do Vector 2, cerca de metade foram emitidos no ano de 2007. Esse trabalho está actualmente concluído, tendo a DGADR na sua posse todos os relatórios definitivos, nos quais consta a necessidade de se proceder à recuperação de 1.139.432€ de Investimento Total.

Neste momento o processo encontra-se em fase de audiência prévia, cujo resultado permitirá a elaboração de um parecer final, tendo em conta as informações dos relatórios, os contraditórios dos GAL e dos promotores. Posteriormente esse parecer será enviado ao Gestor para tomada de decisão e comunicação aos interessados das determinações produzidas.

Do plano de controlos de 2005 fazem parte os seguintes GAL: ADRIL, ADRIMAG, ADRIMINHO, DOLMEN, BEIRA DOURO, CORANE, DOURO SUPERIOR, ADAE, ADICES, TERRAS DE SICÓ, ADERES, ADRUSE, PINHAL MAIOR, ADREPES, APRODER, LEADER OESTE, ADER-AL, ROTA DO

GUADIANA, TERRAS DENTRO, TERRAS DO BAIXO GUADIANA, VICENTINA, ADELIAÇOR E ARDE.

Articulação com a entidade coordenadora do controlo de 2.º Nível em matéria de planeamento, execução do plano anual de controlos e elaboração do relatório anual de síntese e comunicação de irregularidades, nos termos da portaria n.º 648/2001, de 5 de Julho;

Os planos de controlo de 2006 e 2007 foram alvo de um único concurso público realizado em 2007, sendo adjudicados à empresa Amável calhau, Ribeiro da Cunha e Associados, SROC, em Janeiro de 2008. As respectivas auditorias ainda se encontram em curso, prevendo-se para breve o envio dos relatórios preliminares à estrutura técnica do controlo de 1º nível.

O plano de controlos de 2006 abrange 92 projectos do Vector 1 e 2, num total de 8.507.684,62€ de despesa elegível realizada, e os seguintes GAL: ADRIL, ATAHCA, DOURO HISTÓRICO, AD ELO, ADDLAP, ADIBER, ADICES, DUECEIRA, ADRACES, PRÓ-RAIA, RAIÁ HISTÓRICA, ADIRN, CHARNECA, LEADER OESTE, TAGUS, ALENTEJO XXI, ESDIME, LEADER SÔR, MONTE, ACAPORAMA, ADRAMA, ASDEPR e GRATER. Em relação ao Vector 3 este plano prevê a auditoria das rubricas mais representativas dos anos de 2003 a 2005. No Vector 4 a amostra incluiu 10 rubricas do ano de 2003, 10 rubricas de 2004 e cinco rubricas de 2005, de modo a que sejam abrangidas as diferentes tipologias de despesa realizadas no âmbito da gestão, acompanhamento e avaliação do Programa.

Na definição da amostra do Plano de Controlos de 2007 foram consideradas as auditorias já efectuadas quer no âmbito do controlo do 1º nível, quer pela Autoridade de Pagamento no âmbito da certificação de despesas quer, ainda, pela IGF e IGA. Face aos números apurados, seleccionaram-se para a amostra de 2007 todos os GAL que foram objecto de 3 ou menos acções de



controlo, mesmo que cerca de 30% dos GAL seleccionados façam já parte da amostra de 2006.

Obteve-se uma amostra de 20 GAL a seguir discriminados: ADRIMINHO, PROBASTO, BEIRA DOURO, CORANE, DOURO SUPERIOR, ADD, ADICES, TERRAS DE SICÓ, ADERES, ADRUSE, RUDE, ALENTEJO XXI, TERRAS DO BAIXO GUADIANA, VICENTINA, ACAPORAMA, ADRAMA, ADELIAÇOR, ARDE, ASDEPR e GRATER. Este plano de controlos inclui 100 projectos, 80 do vector 1 e 20 do vector 2, que somam 10.238.212,24€ de investimento elegível realizado. Em relação ao Vector 3 e tendo em conta as auditorias previstas no âmbito do controlo de 2006, restringiu-se o Universo aos anos 2004, 2005 e 2006 (despesas até 31/05/2006). No Vector 4, foram seleccionadas 8 rubricas de 2004, 12 de 2005 e 5 de 2006, tendo em conta o respectivo volume de despesa.

Ainda em 2007 foi seleccionada uma amostra para o plano de controlos de 2008, a qual poderá vir a ser actualizada com despesa validada já em 2008, em articulação com a entidade coordenadora do controlo de 2º nível.

Na elaboração da amostra para 2008 foram considerados os quatro Planos Anuais de Controlo (PAC) já seleccionados, no âmbito do Controlo de 1º Nível, tendo como objectivo que todos os GAL tivessem representatividade semelhante no total de controlos efectuados. Assim, foram seleccionados os 19 GAL que só tinham sido seleccionados num único PAC, nomeadamente 2004 com 3 projectos de cada GAL e 2005 com 4 projectos de cada GAL. Os GAL seleccionados são os a seguir discriminados: ADER-SOUSA, ADRIMAG, DOLMEN, SOL DO AVE, ADRAT, DESTAQUE, DOURO HISTÓRICO, ADAE, ADDLAP, PINHAL MAIOR, RAIÁ HISTÓRICA, ADREPES, APRODER, TAGUS, ADER-AL, ADL, ROTA DO GUADIANA, TERRAS DENTRO e IN LOCO.



Para determinar os projectos a controlar, e tendo em conta o objectivo de que o controlo de 1º nível seja representativo dos vários anos de execução do Programa, optou-se por reduzir o Universo aos projectos com execução e aprovados entre 01/01/2005 e 31/08/2007. Em seguida excluíram-se os projectos auditados em acções anteriores, tendo-se seleccionado, posteriormente, os projectos com maior investimento aprovado e simultaneamente elevada taxa de execução e se possível representativos das várias sub-medidas. No caso do Vector 2, os projectos foram escolhidos tendo em conta o facto do GAL ser chefe de fila em algum dos projectos do Universo, de contrário seria seleccionado um projecto aleatoriamente.

A amostra final destes dois vectores envolve 82 projectos (76 do Vector 1 e 6 do Vector 2), a que corresponde um Investimento Total Elegível executado de 5.215.925,08€.

Na selecção da amostra para os vectores 3 e 4 foram tidas em conta as auditorias já efectuadas ou a realizar no âmbito dos diferentes PAC, restringindo-se o Universo aos anos 2006 e 2007 (despesas até 31/05/2007). As rubricas de investimento foram seleccionadas aleatoriamente 6 no vector 3 (3 de 2006 e 3 de 2007) e 8 no vector 4 (5 de 2006 e 3 de 2007).

Introdução e actualização da informação decorrente das acções de controlo no Sistema de Informação para a Gestão do Controlo dos Instrumentos e Fundos Estruturais e de Coesão (SIGIFE);

Até finais de 2007 foram introduzidos em SIGIFE os planos de controlo de 2004 a 2007 e, já no início de 2008, as conclusões decorrentes das acções de controlo realizadas no âmbito do PAC 2004.



Implementação e desenvolvimento dos procedimentos tendentes à recuperação dos apoios indevidamente pagos e actualização da base de dados de Gestão de devedores;

Paralelamente ao processo de devolução de verbas é mantida uma Base de dados de Pré-Devedores e Devedores, conforme estipulado no ponto 4 das “Normas de Gestão de Devedores”, cujo carregamento é da responsabilidade do Gestor através da EAT e da Estrutura de Controlo.

À Estrutura de Apoio Técnico ao Controlo de primeiro nível compete a actualização das situações detectadas nas acções de controlo de 1º, 2º e alto nível, das auditorias efectuadas pelos serviços da Comissão Europeia, bem como de denúncias efectuadas junto do Gestor.

4.2.2 Esforço de Controlo

Até 31/12/2007 o esforço de controlo representa 2,68%, incluindo as auditorias da CE, da IGF, da IGAP e o PAC 2004.

Salienta-se que até 31/01/2008, data do último PP apresentado à Comissão, a despesa total elegível certificada, pelo PIC LEADER+, eleva-se a 253.735.931,41€. O conjunto de amostras seleccionadas até esta data englobam 432 projectos (390 V1 e 42 V2) e todas as rubricas dos V3 e V4, apresentando um investimento total elegível de 37.915.063,31€, ou seja 14,9% do investimento total certificado, o que se espera dará um valor controlado significativamente acima dos 5% exigidos pelo n.º 2 do art.º 10º do Reg. (CE) 438/2001, de 2 de Março.

4.3 Utilização da assistência técnica

De uma forma geral foram assim mantidas as principais actividades desenvolvidas ao abrigo da assistência técnica, nomeadamente acções de aconselhamento jurídico aos GAL, apoio no funcionamento do software de



gestão, acções de acompanhamento aos GAL, uniformização das bases de dados dos vectores 1 e 2, verificação dos pedidos de pagamento, elaboração do relatório anual, participação em seminários, gestão da base de dados de devedores etc..

Importa contudo relevar as alterações que foram introduzidas no software de gestão e que residiram na criação de um novo sistema de informação designado e-leader. Este novo software, desenvolvido pela empresa que já tinha desenvolvido o winleader, funcionará em sistema de portal, permitindo, assim, a centralização das bases de dados num único servidor. Desta forma será agilizada a sua utilização por parte da Gestão e dos GAL, e serão aumentados os níveis de fiabilidade, de eficiência e eficácia do sistema. Este sistema de informação foi implementado no final de 2007, estando operacional em 2008.

O e-leader foi desenvolvido em 2006. Contudo questões de natureza orçamental no próprio ano, das quais se fez referência no respectivo relatório, e posteriormente, as questões associadas à mudança de instalações e turbulência relativa à instalação da DGADR, com mudança de instalações, reorganização de pessoal, etc. (já se fez referência anteriormente), não foi possível a implementação do sistema.

O portal permite a consulta em qualquer local com acesso à net. Não fica assim restrito a um local de trabalho, tornando assim o seu acesso mais versátil. Por outro lado, é possível à gestão ter um controlo mais eficiente uma vez que tem sistematicamente as bases de dados actualizadas, não necessitando, assim, de aguardar o envio por mail como acontecia anteriormente. Torna assim mais eficiente o trabalho da gestão e dos próprios GAL.

O Projecto e-leader orçou cerca de 50Mil euros. O programa é muito idêntico ao anterior winleader, pelo que a sua introdução não criou "turbulência". Foram ministradas 4 acções de formação aos GAL por técnicos da EAT. Igualmente foi efectuada uma acção geral de apresentação no auditório da

DGADR em Oeiras com a presença da empresa F3M que desenvolveu o projecto. O principal problema que se veio a sentir já durante 2008, para além de ajustamento sempre necessários, teve que ver com a qualidade do acesso ao portal. Foram apresentadas algumas queixas por parte dos GAL devido à morosidade do acesso. Este processo foi melhorado em conjunto com o departamento de informática da DGADR e a empresa detentora do IP.

Em conclusão, a justificação para a introdução do eleader deveu-se às seguintes razões/vantagens:

- Estar desenvolvido
- Ser mais versátil no acesso;
- Ser uma ferramenta mais moderna;
- Manter a fiabilidade do Winleader;
- Ter acesso à informação mais actualizada e mais rapidamente por parte da Gestão;
- Ter uma estrutura idêntico ao anterior software, logo facilmente assimilável pelos GAL;
- Ter a possibilidade de cruzar informação de forma mais versátil que o Winleader.

4.4 Medidas tomadas para assegurar a publicidade da intervenção

Para além da verificação do cumprimento dos regulamentos comunitários em vigor relacionados com estas matérias (através de acções de controlo de 1º nível e de acompanhamento pela EAT), a publicitação do programa foi feito através, essencialmente através de acções relacionadas com o Vector 3. No âmbito deste Vector foram concebidos diversos projectos no sentido de implementar acções dinâmicas de promoção do PIC LEADER+ a saber (já identificadas no ponto 3.2.3):

- Jornal de Pessoas e Lugares (JPL)
- Site LEADER+

- Folha Informativa da Rede Portuguesa LEADER+ *em_rede*
- Repertório LEADER+ em Portugal
- Participação em feiras e eventos
- Projectos piloto
- Acção de formação

4.5 Comité de Direcção Leader +

Ao longo do ano de 2007 realizaram-se duas reuniões do "Comité de Pilotage LEADER+", em Bruxelas, ambas com a participação do Chefe de Projecto. As reuniões Apresentaram as principais indicadores de execução dos programa Leader+ na Europa. Os documentos foram colocados à disposição dos GAL Rede.

Particular atenção foi dada à alteração da data de encerramento, indicação que veio a ser corrigia no ano de 2008 onde foi dada a informação aos GAL da extensão da data para o encerramento da Iniciativa Comunitária Leader+.

5 MEDIDAS TOMADAS PARA ASSEGURAR A COMPATIBILIDADE COM AS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS E A COORDENAÇÃO DE CONJUNTO

No que diz respeito à compatibilidade do programa com as políticas comunitárias referidas no artigo 12º do Regulamento 1260/99 (ambiente, política agrícola comum, etc), bem como a igualdade de oportunidades, é feito um aprofundamento no ponto 2.4.

Em relação aos mercados públicos foram emitidas em 2006 e continuaram-se a emitir orientações sobre a necessidade dos GAL fazerem cumprir as regras vigentes. De igual forma continuou-se o processo de sensibilização



dos GAL no sentido da verificação do cumprimento dos normativos comunitários e nacionais sobre matérias de ambiente e ordenamento.

As reuniões da Unidade de Gestão constituem igualmente um momento de aproximação entre as diversas instituições de coordenação na aplicação dos instrumentos de política agrícola e de desenvolvimento rural, uma vez que os elementos que a constituem são as DRA, GPPAA e IDRHa. Acrescenta-se que o processo de aprovação dos projectos de cooperação transnacional envolve uma consulta à Unidade de Gestão para emissão de parecer sobre os projectos.

A promoção de troca de informação entre o Gabinete de Planeamento e Política Agro-alimentar e o INTERREG permite efectuar o cruzamento de informação relativamente aos projectos co-financiados pelo PIC LEADER+.



ANEXO 1 – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CCE/PORTUGAL



ANEXO 2 – QUADROS DE EXECUÇÃO FINANCEIRA NACIONAL

Anexo 2.1 – Quadros acumulados de execução financeira – vector 1

1. F1B:Projectos Aprovados por Medidas, Segundo o Tipo de Beneficiários
2. F1BD:Projectos Aprovados por Domínios de Intervenção, Segundo o Tipo de Promotores
3. F1D:Projectos Aprovados por Domínios de Intervenção Segundo o Financiamento
4. F1M:Projectos Aprovados por Medidas e Submedidas Segundo o Financiamento
5. F2B:Projectos Concluídos por Medidas, Segundo o Tipo de Beneficiários
6. F2D:Projectos Concluídos por Domínios de Intervenção Segundo o Financiamento
7. F2M:Projectos Concluídos por Medidas e Submedidas Segundo o Financiamento
8. F3D:Despesas Realizadas, por Medidas e Domínios de Intervenção
9. F3M:Despesas Realizadas, por Medidas e Submedidas
10. F3MPP:Despesas Realizadas/Elegíveis, por Medidas e Submedidas



Anexo 2.2 – Quadros acumulados de execução financeira – vector 2

1. F1D: Projectos Aprovados por Domínios de Intervenção Segundo o Financiamento
2. F1M: Projectos Aprovados por Medidas e Submedidas Segundo o Financiamento
3. F2D: Projectos Concluídos por Domínios de Intervenção Segundo o Financiamento
4. F2M: Projectos Concluídos por Medidas e Submedidas Segundo o Financiamento
5. F3D: Despesas Realizadas, por Medidas e Domínios de Intervenção
6. F3DMI: Cooperação interterritorial
7. F3DMT: Cooperação transnacional
8. F3M: Despesas Realizadas, por Medidas e Submedidas
9. F5: Execução do PC, por Medidas e Submedidas



ANEXO 3 – INDICADORES COMUNS DE ACOMPANHAMENTO



ANEXO 4 – DADOS FINANCEIROS POR GAL

4.1 Execução do PDL, por Medidas e Submedidas por GAL

4.2 Execução do PC, por Medidas e Submedidas por GAL



ANEXO 5 – LVT, EXECUÇÃO FINANCEIRA

Anexo 5.1: LVT Vector 2, 2007 acumulado

Anexo 5.1: LVT Vector 2, 2007

Anexo 5.1: LVT Vector 1, 2007 acumulado

Anexo 5.1: LVT Vector 1, 2007



Anexo 6 – Resposta da Consulta Pública